



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 20/02/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 660 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

(Vide Lei Complementar nº [746/2010](#))

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO PAULO KLEINÜBING, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

Capítulo Único DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 04 de junho de 1990, passa a vigorar nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º Considera-se servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento pago pelos cofres públicos.

§ 1º Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e aos estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º Os cargos públicos são providos em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Parágrafo único. Exclui-se da proibição prevista no caput a participação em comissão, conselho ou grupo de trabalho para elaboração de estudo ou projeto de interesse do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, desde que esta condição esteja expressamente definida no instrumento

convocatório.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Capítulo I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - a aptidão física e mental;
- VII - habilitar-se previamente em concurso público nos termos desta lei.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com as suas deficiências, para as quais serão reservadas até vinte por cento das vagas oferecidas por cargo no concurso, ou das que vierem a surgir no prazo de sua validade;

§ 3º O menor de 18 (dezoito) anos poderá participar do certame, desde que implemente o requisito idade até a data de ingresso no cargo.

Art. 6º O provimento dos cargos públicos no âmbito do Município far-se-á por ato do Chefe do respectivo Poder ou por preposto definido em lei.

Parágrafo único. O provimento dos cargos públicos no âmbito das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município far-se-á por ato dos Dirigentes Superiores das respectivas instituições, na forma da lei.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - reintegração;

V - recondução;

VI - aproveitamento;

VII - substituição.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira;

II - em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração.

§ 1º Prescinde de concurso público a nomeação para cargo de provimento em comissão.

§ 2º A nomeação do servidor público para cargo de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do cargo efetivo de que for titular, salvo nos casos de acumulação lícita.

§ 3º A partir da vigência desta Lei Complementar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos cargos de provimento em comissão serão ocupados por servidores municipais, estáveis e pertencentes à carreira.

Art. 10 A nomeação para cargo de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 11 Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor público na carreira serão estabelecidos na lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

SEÇÃO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 12 Concurso Público é o processo de seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos na lei e no edital respectivo.

§ 1º O concurso público será de provas ou de provas e títulos.

~~§ 2º O concurso público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.~~

§ 2º O concurso público poderá incluir programa de treinamento, exame psicotécnico e teste de aptidão física como etapas integrantes do processo seletivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

§ 3º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 13 O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 14 Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de cinco servidores públicos municipais efetivos, que, entre si, escolherão o respectivo Presidente.

Parágrafo único. Um dos servidores membros da comissão de que trata este artigo deverá ser indicado pelos representantes do Sindicato da categoria.

Art. 15 O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado em jornal diário de grande circulação, com antecedência mínima de quinze dias.

Parágrafo único. Os critérios e demais condições mencionados neste artigo serão estabelecidos em regulamento.

SEÇÃO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

SUBSEÇÃO I DA POSSE

Art. 16 Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, contado da publicação do ato de provimento.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º Em se tratando de servidor em licença, ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação, na hipótese de a posse não ocorrer no prazo fixado no § 1º.

§ 5º A renúncia à nomeação correspondente à classificação no concurso poderá ser formalizada até o final do prazo de posse, uma única vez, mediante deslocamento do renunciante para o último lugar na lista dos aprovados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 17 ~~A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial.~~

Art. 17 A posse em cargo público dependerá de prévia avaliação médica do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º São competentes para dar posse:

I - o Prefeito Municipal, aos chefes dos órgãos que lhe forem diretamente subordinados;

II - o Secretário Municipal de Administração, aos servidores dos órgãos da Administração Direta;

III - o Dirigente Superior, aos servidores das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

IV - o Presidente da Câmara, aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 18 No ato da posse, o servidor apresentará as seguintes declarações:

I - de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

II - se ocupante ou não de outro cargo, emprego ou função públicos nas esferas federal, estadual ou municipal;

III - se participa de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;

IV - se percebe provento de aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública.

SUBSEÇÃO II DO EXERCÍCIO

Art. 19 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo se não ocorrer o início do exercício no prazo fixado no § 1º.

§ 3º Cabe à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor dar-lhe exercício.

§ 4º A nomeação somente produzirá efeitos financeiros a partir da data do início do efetivo exercício.

Art. 20 O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 21 O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, sem prévia autorização do Chefe de Poder, ou dos Dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 22 O afastamento do exercício do cargo será permitido para:

~~I - exercer cargo de provimento em comissão na administração federal, estadual ou municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais; (Regulamentado pelo Decreto nº 7882/2005)~~

I - exercer cargo de provimento em comissão em órgão da administração federal, estadual ou municipal, respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

II - candidatar-se a mandato eletivo, na forma da lei;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da lei;

IV - atender convocação do serviço militar;

V - exercer outras atividades específicas de magistério, devidamente regulamentadas;

VI - realizar estágios especiais, cursos de atualização, aperfeiçoamento, pós-graduação e missões de estudo, afins ao cargo que ocupa, com ou sem vencimento, quando autorizado pelo Chefe de Poder, dos Dirigentes de Autarquias ou de Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município;

VII - atender imperativo de convênio firmado;

~~VIII - permanecer à disposição de outra entidade estatal, fundacional, autárquica e paraestatal, desde que haja a anuência do servidor; (Regulamentado pelo Decreto nº 7882/2005)~~

VIII - permanecer à disposição de órgão da administração federal, estadual ou municipal, respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, em caráter temporário, mediante prévia anuência do servidor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

IX - participar de competições esportivas oficiais;

X - exercer mandato na diretoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Vale do Itajaí SICOOB/SC - BLUCREDI.

XI - realizar estágio curricular obrigatório de curso de graduação custeado mediante auxílio-escolar, sem prejuízo da remuneração. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1150/2017)

§ 1º O afastamento mencionado no inciso VI, quando remunerado, obriga o servidor a prestar serviço à entidade a qual é vinculado por período não inferior ao do afastamento, mediante assinatura de termo de compromisso.

§ 2º Não cumprida a obrigação prevista no § 1º, o Município será ressarcido da despesa efetuada com o servidor, incluídos o vencimento e as vantagens recebidos, em uma única parcela e devidamente atualizada monetariamente até o ato de desligamento do serviço público municipal.

§ 3º O afastamento do servidor para servir em organismo internacional com o qual o Brasil coopere ou dele participe dar-se-á com a perda total da remuneração.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso X, a remuneração do servidor, composta pelo vencimento e vantagens de natureza permanente, é de responsabilidade do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, com reembolso dos valores pela Cooperativa, incluindo os encargos sociais.

§ 5º Na hipótese do inciso VIII, sendo a cessão do Poder Executivo para o Poder Legislativo, autarquia, fundação ou sociedade de economia mista do Município, ou dessas entidades e do Poder Legislativo para o Poder Executivo, o ônus da remuneração será do cedente, mantido o ônus para o cessionário, mediante ressarcimento, nos demais casos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

§ 6º Quando a cessão a que se refere o § 5º for para exercício de função de confiança, a gratificação correspondente será paga diretamente pelo cessionário ou, se este preferir, pelo cedente, mediante ressarcimento do valor pelo cessionário. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

§ 7º Na hipótese do inciso I, a cessão de servidor do município para órgãos ou entidades da administração federal, estadual ou municipal, o ônus da remuneração total será do cedente, mediante ressarcimento, até o valor pago pelo cessionário, quando o servidor optar pela remuneração do cargo efetivo acrescida ou não de percentual da retribuição de cargo em comissão. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 23 O servidor será afastado do exercício do cargo quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Parágrafo único. O pagamento do servidor afastado do exercício do cargo, nas hipóteses de que trata este artigo, correrá por conta do Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, nas condições estabelecidas na Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000.

Art. 24 O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo sujeitar-se-á ao máximo de quarenta horas semanais de trabalho, fixada de acordo com a necessidade do serviço, salvo quando houver disposição legal estabelecendo duração diversa. (Regulamentado pelo Decreto nº 8602/2008)

§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão e de função de confiança exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

§ 2º A jornada de trabalho nas repartições públicas municipais será fixada por ato do Chefe de Poder e dos Dirigentes Superiores das Autarquias e Fundações Públicas.

§ 3º Compete ao chefe da repartição ou do serviço antecipar ou prorrogar o período de trabalho, quando necessário, respondendo pelos abusos que cometer.

Art. 25 Respeitados os casos previstos nesta lei, o servidor que interromper o exercício num período de doze meses, por mais de trinta dias consecutivos ou sessenta dias alternados, sem justificativa, está sujeito à demissão por abandono de cargo ou por inassiduidade habitual, respectivamente, apurados em processo disciplinar.

SEÇÃO V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 26 Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

§ 1º Sendo a avaliação contrária à permanência do servidor no cargo, será instaurado o procedimento regular de exoneração.

§ 2º O servidor aprovado em estágio probatório receberá título declaratório de sua estabilidade no serviço público municipal, sem prejuízo do disposto no art. 27.

§ 3º O servidor não aprovado em estágio probatório será exonerado após o processo previsto no § 1º e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

§ 4º Os requisitos e critérios da avaliação de desempenho para fins de aprovação no estágio probatório e do processo de exoneração serão estabelecidos em lei complementar específica.

SEÇÃO VI DA ESTABILIDADE

Art. 27 São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

SEÇÃO VII
DA READAPTAÇÃO

(Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8603/2008)

~~Art. 28~~ Readaptação é a investidura de servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

Art. 28 Readaptação é a investidura de servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação médica do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Parágrafo único. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

Art. 29 A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimento.

~~Parágrafo Único~~ Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor.

Parágrafo Único - A readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor, ressalvado o acréscimo vencimental decorrente do seu enquadramento, não havendo coincidência entre os vencimentos, no padrão de vencimento imediatamente superior do cargo em que for readaptado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

~~Art. 30~~ O servidor readaptado submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem.

Art. 30 O servidor readaptado submeter-se-á, anualmente, à avaliação médica do SESOSP, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Parágrafo Único - Na hipótese de reversão, o servidor que tiver acréscimo vencimental decorrente do enquadramento na readaptação retornará à classificação vencimental do cargo de origem, sem prejuízo dos reajustes e promoções adquiridos na carreira. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 31 Os demais critérios para a efetivação da readaptação serão estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Precedentemente à readaptação, o servidor participará de programa de reabilitação disciplinado em regulamento.

SEÇÃO VIII
DA REVERSÃO

Art. 32 ~~Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, bem como o retorno ao cargo de origem de servidor readaptado, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria ou da readaptação.~~

Art. 32 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, bem como o retorno ao cargo de origem de servidor readaptado, quando declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria ou da readaptação, verificados esta por avaliação médica do SESOSP e aquela por avaliação da Perícia Médica Oficial do ISSBLU. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 33 A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 34 Não poderá reverter o aposentado que contar com idade igual ou superior àquela estabelecida para a aposentadoria compulsória.

SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO

Art. 35 Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens atribuídas em caráter permanente.

§ 1º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade remunerada.

§ 2º Em caso de extinção do cargo, o servidor será aproveitado em outro cargo de mesmo nível e padrão, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

SEÇÃO X DA RECONDUÇÃO

Art. 36 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

SEÇÃO XI
DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 37 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo único. A declaração de desnecessidade do cargo será feita por ato do Chefe de Poder ou do Dirigente de Autarquia e Fundação Pública instituídas e mantidas pelo Município mediante justificativa formal do Superior habilitado.

Art. 38 O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

Parágrafo único. O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer.

~~**Art. 39** O aproveitamento do servidor que se encontre em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.~~

Art. 39 O aproveitamento do servidor que se encontre em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por avaliação médica do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de trinta dias, contado da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

~~**Art. 40** Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo na hipótese de doença comprovada por junta médica oficial.~~

Art. 40 Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo na hipótese de doença comprovada por avaliação médica do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

SEÇÃO XII
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 41 Poderá haver substituição no caso de impedimento legal e temporário de ocupante de cargo de provimento em comissão.

§ 1º A substituição recairá sempre em servidor público municipal efetivo e estável.

§ 2º A substituição dependerá de ato da autoridade competente.

§ 3º O substituto fará jus à remuneração do cargo em comissão, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 42 Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro cargo de mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um dos cargos, cabendo ao servidor a opção.

Art. 43 A reassunção ou vacância do cargo faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

Capítulo II DA VACÂNCIA

Art. 44 A vacância de cargo público, declarada por ato da autoridade competente, decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - aposentadoria;

~~V - posse em outro cargo inacumulável no âmbito do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas;~~

V - posse em outro cargo inacumulável; (Redação dada pela Lei Complementar nº 764/2010)

VI - falecimento.

Art. 45 A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício será aplicada:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido.

Art. 46 A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Capítulo III DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

SEÇÃO I DA REMOÇÃO

Art. 47 Remoção é o deslocamento do servidor para preenchimento de vaga no âmbito do mesmo quadro.

Art. 48 A remoção de servidor se faz a pedido, por concurso, por permuta, por acordo e, excepcionalmente, de ofício.

~~**Art. 49** Dar-se-á a remoção a pedido por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por junta médica oficial e existência de vaga.~~

Art. 49 Dar-se-á a remoção a pedido por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por avaliação médica do SESOSP e existência de vaga. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 50 A remoção por concurso será promovida na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelos órgãos ou entidades em que aqueles estejam lotados.

Parágrafo único. O concurso de remoção precederá o concurso de ingresso.

Art. 51 A remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa.

Parágrafo único. Os interessados na permuta devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

Art. 52 A remoção por acordo dar-se-á mediante interesse manifesto do servidor em mudar de local de trabalho ou da administração, a existência de vaga e a anuência da chefia imediata.

~~**Art. 53** A remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação.~~

~~Parágrafo único. O ato de remoção de que trata o caput será motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.~~

Art. 53 A remoção de ofício dar-se-á no relevante interesse público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 54 O servidor removido deverá assumir o exercício no local para onde foi designado, no prazo de até cinco dias, a contar do ato, salvo determinação em contrário.

SEÇÃO II DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 55 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro permanente de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

Art. 56 A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

Art. 57 A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal envolvidos.

Art. 58 Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos artigos 37 a 40.

TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I DO VENCIMENTO, DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 59 Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Parágrafo único. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 60 Vencimentos é o vencimento do cargo efetivo estabelecido em lei acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente.

Art. 61 Remuneração é o vencimento do cargo efetivo ou de comissão estabelecido em lei, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporária.

Art. 62 A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada a revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 63 Nenhum servidor perceberá, a título de remuneração para uma jornada de quarenta horas semanais, importância inferior ao salário mínimo.

Art. 64 Para efeito desta lei, considera-se:

I - vantagem permanente: aquela que se incorpora de forma automática e definitiva à remuneração do servidor e à acompanha na aposentadoria;

II - vantagem temporária: aquela percebida pelo servidor em caráter transitório, que se incorpora à remuneração do servidor e à acompanha na aposentadoria somente nas hipóteses e condições previstas em lei.

Art. 65 Perderá o vencimento do cargo efetivo o servidor:

I - quando no exercício de cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário;

III - quando designado para servir em qualquer órgão da União, do Estado, do Município e de suas Autarquias, Entidades de Economia Mista, Empresas Públicas ou Fundações, ressalvadas as situações expressas em lei.

Parágrafo único. No caso mencionado no inciso I, o servidor poderá optar pela remuneração do cargo de que for titular.

Art. 66 Somente o servidor nomeado para cargo em comissão no primeiro escalão, oriundo de quaisquer dos órgãos mencionados no inciso III do artigo 65, poderá optar pelo vencimento do órgão de origem, cabendo neste caso ao Município o reembolso àquele dos valores correspondentes.

Art. 67 O servidor perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo devidamente justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

§ 1º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como de exercício.

§ 2º Não serão descontadas da remuneração do servidor as faltas ao serviço permitidas por lei.

§ 3º No caso de faltas injustificadas sucessivas, serão computados, para efeito de desconto, o repouso remunerado e o feriado intercalados.

Art. 68 As indenizações e reposições ao erário serão previamente comunicadas ao servidor e descontadas em parcelas mensais em valores atualizados.

§ 1º A indenização será feita em parcelas cujo valor não exceda a dez por cento da remuneração ou provento.

§ 2º A reposição será feita em parcelas cujo valor não exceda a vinte e cinco por cento da remuneração ou provento.

§ 3º A reposição será feita em uma única parcela quando constatado pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 4º Para efeito deste artigo considera-se:

I - reposição: a devolução de valores indevidamente pagos ao servidor;

II - indenização: o pagamento de quantia referente a dano causado pelo servidor com dolo ou culpa.

Art. 69 O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 70 Os valores percebidos pelo servidor em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contado da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 71 A remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de homologação ou decisão judicial.

Art. 72 As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos e aposentados e dos pensionistas do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, serão efetuadas nas condições estabelecidas em lei complementar específica.

Capítulo II DAS VANTAGENS

Art. 73 Juntamente com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais.

Art. 74 Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 75 Constituem indenizações ao servidor:

I - ajuda de custo;

II - diárias;

III - transporte. ([Regulamentado pelo Decreto nº 8605/2008](#))

Art. 76 Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

SUBSEÇÃO I DA AJUDA DE CUSTO

Art. 77 Poderá ser concedida ajuda de custo ao servidor incumbido de missão fora do Município.

§ 1º A ajuda de custo destina-se a compensação de despesas de viagem e instalação e só poderá ser atribuída nos casos de afastamento superior a trinta dias, não podendo exceder a importância de três meses de vencimento.

§ 2º A ajuda de custo será fixada pelo Chefe de Poder ou pelo Dirigente de Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Município, que ao arbitrá-la levará em conta as despesas de viagem e instalação a realizar, bem como as condições de vida no local da missão.

§ 3º A ajuda de custo será calculada:

I - sobre o valor do padrão de vencimento do cargo;

II - sobre o valor do padrão de vencimento do cargo acrescido da gratificação, quando se tratar de função por essa forma retribuída.

§ 4º Não se concederá ajuda de custo ao servidor posto à disposição de qualquer entidade.

Art. 78 O servidor restituirá a ajuda de custo quando, antes de terminada a incumbência, regressar por sua iniciativa própria, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

Parágrafo único. A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e será proporcional aos dias de

serviço não prestados.

SUBSEÇÃO II DAS DIÁRIAS

Art. 79 ~~O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, e a passagens.~~
~~Parágrafo único. A concessão de diárias e seus valores serão objeto de regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8604/2008)~~

Art. 79 O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório da Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, e a passagens. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1206/2018)

SUBSEÇÃO III DO TRANSPORTE

Art. 80 Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8605/2008 e Decreto 8606/2008)

SEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 81 Serão concedidos ao servidor público os seguintes auxílios pecuniários:

I - auxílio-escolar;

II - auxílio-alimentação;

III - auxílio-transporte;

IV - auxílio-emergência.

SUBSEÇÃO I DO AUXÍLIO-ESCOLAR

(Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8702/2008)

Art. 82 O auxílio-escolar, por meio de bolsa de estudo, será concedido ao servidor público efetivo do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, não detentor de curso superior, limitado a um, equivalente a: (Regulamentado pelo Decreto nº 8607/2008)

~~I - quarenta por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor estável que perceber remuneração mensal igual ou inferior a duas vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município;~~

I - quarenta por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor estável que perceber remuneração mensal igual ou inferior a duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~II - vinte e oito por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor estável que perceber remuneração mensal superior a duas vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município;~~

II - vinte e oito por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor estável que perceber remuneração mensal superior a duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~III - vinte e quatro por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor em estágio probatório que perceber remuneração mensal igual ou inferior a duas vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município;~~

III - vinte e quatro por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor em estágio probatório que perceber remuneração mensal igual ou inferior a duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~IV - dezessete por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor em estágio probatório que perceber remuneração mensal superior a duas vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município;~~

IV - dezessete por cento do valor das mensalidades e da matrícula, para o servidor em estágio probatório que perceber remuneração mensal superior a duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

§ 1º A bolsa de estudo poderá ser concedida aos servidores que estiverem matriculados em faculdades situadas no Município ou fora dele, sem prejuízo do horário de trabalho.

§ 2º O auxílio-escolar deverá ser pago diretamente ao servidor ou à instituição de ensino superior, nas condições estabelecidas em regulamento.

Art. 83 Ao servidor público municipal efetivo, ativo e estável, ocupante de cargo de provimento efetivo, pertencente ao Grupo Ocupacional Especialista, regularmente matriculado em curso de pós-graduação, afim com a sua carreira e previamente aprovado pela Administração, poderá ser concedido auxílio-escolar, limitado a um curso, através de bolsa de estudo, até o máximo de cinquenta por cento das mensalidades, inclusive a matrícula, condicionado à disponibilidade financeira do Município e demais condições estabelecidas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8607/2008)

SUBSEÇÃO II
DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Art. 84 O auxílio-alimentação será concedido ao servidor nas condições estabelecidas em lei específica.

SUBSEÇÃO III
DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

Art. 85 O auxílio-transporte será devido ao servidor ativo nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, nas condições estabelecidas em regulamento.

~~SUBSEÇÃO V~~

~~SUBSEÇÃO IV (Renumerada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

~~DO AUXÍLIO-EMERGÊNCIA~~

~~Art. 86 Comprovada a necessidade, poderá ser concedido ao servidor público municipal efetivo auxílio-emergência de até duas vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município, nas condições estabelecidas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8608/2008)~~

Art. 86 Comprovada a necessidade, poderá ser concedido ao servidor público municipal efetivo auxílio-emergência de até duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007, nas condições estabelecidas em regulamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

SEÇÃO III
DAS GRATIFICAÇÕES E DOS ADICIONAIS

Art. 87 Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina;

II - gratificação de representação;

III - gratificação especial;

IV - gratificação de instrução de programas de treinamento e capacitação;

V - gratificação por assistência técnica de perito judicial;

~~VI - gratificação de atividade em comissão de sindicância e processo administrativo;~~

VI - gratificação de atividade em Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

VI-A - gratificação pelo desempenho de atividade de defensor dativo; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

VII - gratificação pelo desempenho na comissão de avaliação de servidor em estágio probatório;

VIII - gratificação pelo desempenho na comissão permanente de avaliação funcional;

~~IX - gratificação pelo desempenho em junta médica oficial;~~

~~IX - gratificação pelo desempenho em Perícia Médica; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009) (Revogado pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

X - gratificação por atividade especializada com adolescentes autores de atos infracionais;

XI - gratificação de função de confiança;

XII - gratificação por produtividade, participação em programas De qualidade e de remuneração variável;

XIII - gratificação de condução;

XIII-A - gratificação pelo desempenho de atividade de pregoeiro; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 881/2013)

XIV - adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;

XV - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XVI - adicional de férias;

XVII - adicional pelo trabalho noturno;

XVIII - adicional por tempo de serviço.

~~XIX - adicional de função. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)~~

SUBSEÇÃO I DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 88 A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, e beneficiará a todos os servidores municipais ativos e inativos e os pensionistas.

§ 1º A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

§ 2º A gratificação será paga até o dia 20 do mês de dezembro de cada ano.

§ 3º Os valores das vantagens de natureza temporária percebidos pelo servidor no exercício serão atualizados com base nos índices praticados na revisão geral anual na data de pagamento da gratificação e pagos na proporcionalidade de um doze avos para cada mês em que o servidor recebeu as vantagens.

Art. 89 Em caso de comprovada necessidade poderá o servidor requerer a antecipação de cinquenta por cento da gratificação natalina, na forma e condições previstas em regulamento. ([Regulamentado pelo Decreto nº 8609/2008](#))

Art. 90 O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre o vencimento e vantagens permanentes do mês do desligamento, acrescido das vantagens de natureza temporária calculadas na forma do § 3º do art. 88.

SUBSEÇÃO II DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 91 A gratificação de representação poderá ser concedida a ocupante de cargo em comissão, para fazer face às despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, até o máximo de 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo, fixada por ato do Chefe de Poder. ([Regulamentado pelo Decreto nº 9903/2013](#))

SUBSEÇÃO III DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL

Art. 92 Ao servidor de carreira, ocupante de cargo em comissão, que não optar pelo vencimento do cargo comissionado fica assegurada a percepção de Gratificação Especial equivalente a quarenta por cento do valor de seu padrão de vencimento. ([Vide Decreto nº 9301/2010](#))

SUBSEÇÃO IV DA GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Art. 93 Ao servidor que desempenhar atividades de monitoramento e ministração de cursos de capacitação pessoal aos servidores será concedida gratificação de instrução de programas de treinamento e capacitação, correspondente a zero vírgula cinco por cento do valor de seu padrão de vencimento, por hora, mediante ato do Chefe de Poder ou dos Dirigentes das Autarquias e Fundações.

SUBSEÇÃO V DA GRATIFICAÇÃO POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE PERITO JUDICIAL

Art. 94 Ao servidor designado para desempenhar atividade de assistência técnica em perícias judiciais, em que seja parte o Poder Executivo, suas Autarquias ou Fundações Públicas, será concedida gratificação equivalente a dez por cento do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, do respectivo cargo, mediante ato justificado do responsável pelo órgão jurídico da respectiva entidade.

SUBSEÇÃO VI

~~DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EM COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DA~~ ~~GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E~~ ~~DISCIPLINAR (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

~~**Art. 95** Ao servidor efetivo e estável designado para integrar Comissão de Sindicância e Processo Administrativo será concedida gratificação equivalente a cinquenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, jornada de quarenta horas semanais, da categoria "7" do Quadro Permanente de Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.~~

Art. 95 Ao servidor efetivo e estável designado para integrar Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar será concedida gratificação equivalente a cinquenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, carga horária de quarenta horas semanais, da categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo, no âmbito do Poder Legislativo, será equivalente a 50% (cinquenta por cento) da referência 41 (quarenta e um) da Tabela de Referência de Vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO VI-A

DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE DEFENSOR DATIVO (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

Art. 95-A Ao servidor designado para desempenhar atividade de defensor dativo será concedida gratificação, por processo administrativo disciplinar, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do padrão "A", faixa de vencimento I, carga horária quarenta horas semanais, categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

SUBSEÇÃO VII

DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 96 Ao servidor efetivo e estável, representante do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas, designado para compor Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório, será concedida uma gratificação especial equivalente a quarenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, jornada de quarenta horas semanais, da categoria "7", do Quadro Permanente de

Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo, no âmbito do Poder Legislativo, será equivalente a 40% (quarenta por cento) da referência 41 (quarenta e um) da Tabela de Referência de Vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO VIII

DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO NA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL

Art. 97 Ao servidor efetivo e estável, representante do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas, designado para compor Comissão Permanente de Avaliação Funcional, será concedida uma gratificação especial equivalente a quarenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento faixa I, jornada de 40 horas semanais, da categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo, no âmbito do Poder Legislativo, será equivalente a 40% (quarenta por cento) da referência 41 (quarenta e um) da Tabela de Referência de Vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO IX

~~DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE NA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO~~ DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO EM PERÍCIA MÉDICA (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~**Art. 98** Ao servidor designado para integrar junta médica oficial do Município será concedida gratificação equivalente a cinquenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, jornada de quarenta horas semanais, da categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.~~

~~**Art. 98** Ao médico que atuar na Perícia Médica do SESOSP será concedida gratificação equivalente a 100% (cem por cento) do valor do padrão "A" de vencimento, faixa I, carga horária de quarenta horas semanais, categoria "7", previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009) (Revogado pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

SUBSEÇÃO X

DA GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIALIZADA COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Art. 99 Ao servidor designado para desempenhar atividades efetivas de acompanhamento e orientação ao adolescente autor de ato infracional e/ou em cumprimento de medidas sócio-educativas e seus responsáveis será concedida gratificação de até 10% (dez por cento) do valor do seu padrão de vencimento, mediante ato do Prefeito, após solicitação justificada do respectivo Secretário.

SUBSEÇÃO XI
DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 100 ~~As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, nos percentuais de dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, setenta, oitenta, noventa ou cem por cento, a serem concedidas e livremente destituíveis por ato do Prefeito e dos Dirigentes de Autarquias e Fundações, destinam-se ao desempenho de encargos de especial responsabilidade que não justifiquem a criação de cargos, na forma e condições previstas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8610/2008)~~

Art. 100 ~~As funções gratificadas de confiança, destinadas ao desempenho de encargos de especial responsabilidade que não justifiquem a criação de cargos e exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, ficam criadas nas denominações, quantidades e percentuais definidos na forma do Anexo Único desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Vide Decreto nº 9484/2011)~~

Art. 100 As funções gratificadas de confiança, destinadas às atribuições de chefia e assessoramento e exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, serão criadas nas denominações, quantidades, percentuais e atribuições gerais e específicas definidos em Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 880/2013) (Vide Lei Complementar nº 1206/2018)

§ 1º ~~Os percentuais previstos no caput incidirão sobre o padrão de vencimento "A", da faixa "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal previsto na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.~~

§ 1º ~~As atribuições inerentes a cada função serão fixadas por ato do Chefe do Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)~~

§ 2º ~~As funções de confiança somente serão devidas enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese serão incorporadas ao vencimento ou à remuneração do servidor, não podendo ser percebidas cumulativamente a outra função de confiança ou cargo em comissão.~~

§ 2º ~~Os percentuais de que trata o caput, ordenados por símbolos, incidirão sobre o valor do padrão de vencimento "A", faixa de vencimento "I", categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo de que trata a lei complementar que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)~~

§ 3º ~~É vedado atribuir função de confiança pelo exercício de atividade inerente exclusivamente ao cargo de carreira do servidor.~~

§ 3º ~~Os servidores serão designados e dispensados do exercício das funções gratificadas de confiança por ato do Chefe do Executivo e dos Dirigentes de Autarquias e Fundações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)~~

§ 4º ~~É vedada a designação de função gratificada de confiança pelo exercício de atividade inerente exclusivamente ao cargo de carreira do servidor. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)~~

~~§ 5º O valor da gratificação de função de confiança será devido somente enquanto perdurarem os encargos de especial responsabilidade e em nenhuma hipótese será incorporado aos vencimentos do servidor, não podendo ser percebido cumulativamente ao exercício de outra função de confiança ou cargo em comissão. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)~~

§ 6º As funções gratificadas de confiança não entrarão no cômputo do percentual de ocupação dos cargos comissionados, previsto no parágrafo 3º do artigo 9º, desta Lei Complementar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 880/2013)

~~SUBSEÇÃO XI~~

SUBSEÇÃO XII (Renumerada pela Lei Complementar nº 729/2009)

DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE, PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE QUALIDADE E DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Art. 101 Poderá ser concedida gratificação aos servidores ocupantes dos quadros permanente e suplementar de pessoal de acordo com critérios de produtividade e de participação em programas de qualidade, e de remuneração variável, instituídos e regulamentados por ato do Prefeito Municipal. (Regulamentado pelo Decreto nº 8611/2008)

SUBSEÇÃO XIII DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO

~~**Art. 102** Poderá ser concedida gratificação aos servidores ocupantes dos quadros permanente e suplementar de pessoal das classes de Motorista e de Operador de Máquina, por ato do Prefeito, na forma e condições previstas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8616/2008)~~

Art. 102 Será concedida gratificação de condução, incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, ao servidor ocupante do cargo efetivo de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

I - Motorista:

- a) de ambulância do SAMU, categorias "C-D-E", equivalente a 50% (cinquenta por cento);
- b) de carreta e ambulância, categorias "C-D-E", equivalente a 40% (quarenta por cento);
- c) de microônibus, categorias "C-D-E", equivalente a 30% (trinta por cento);
- d) de caminhão monobloco, categoria "C", equivalente a 30% (trinta por cento);
- e) de caminhonete e veículo leve, categoria "B", equivalente a 10% (dez por cento); (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

II - Operador de Máquinas:

- a) de escavadeira, pá-carregadeira, retroescavadeira, patrôla, trator, motoniveladora e rolo-compactador,

categorias "C-D-E", equivalente a 30% (trinta por cento);

b) microtrator, categorias "C-D-E", equivalente a 20% (vinte por cento); (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

III - Guarda de Trânsito, categorias "A-B-C-D-E", equivalente a 10% (dez por cento), apto a conduzir veículo de emergência (automóvel ou motocicleta), com formação profissional específica, destinado ao exercício das atividades de fiscalização e operação de trânsito. (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

§ 1º A habilitação na categoria profissional de que trata este artigo observa a gradação estabelecida no art. 143 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

~~§ 2º No âmbito do Poder Legislativo, a gratificação de condução, em quantidade de 7 (sete), poderá ser concedida aos ocupantes do cargo de Motorista Parlamentar, por ato do Presidente, em razão da condução obrigatória de veículo oficial em uso pela Câmara Municipal, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da referência de vencimento 36, da Tabela de Referências de Vencimento dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo, fixada na Lei nº 5.655, de 29 de junho de 2001 e observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)~~

§ 2º No âmbito do Poder Legislativo, a gratificação de condução, em quantidade de 8 (oito), poderá ser concedida aos ocupantes dos cargos de Motorista Parlamentar e Motorista Oficial, por ato do Presidente, em razão da condução obrigatória, de veículo oficial em uso pela Câmara Municipal, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da referência de vencimento 36, da Tabela de Referências de Vencimento dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo, fixada na Lei nº 5.655, de 29 de junho de 2001 e observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 962/2014)

I - condução de veículo de categoria leve; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

II - condução de veículo em caráter de urgência, para a execução de serviço de entrega e recebimento de documentos, materiais e correspondências do Poder Legislativo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 938/2014)

Art. 102-A O valor da gratificação mensal de condução será reduzido proporcionalmente se durante o mês o motorista, o operador e o guarda de trânsito incidir nas seguintes ocorrências:

I - faltar injustificadamente ao trabalho;

II - comparecer tardia e injustificadamente ao local de trabalho ou dele ausentar-se antecipadamente, sem autorização;

III - provocar acidente de trânsito;

~~IV - ser autuado por multa de trânsito;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 1010/2015)

V - deixar de cumprir injustificadamente a escala de trabalho;

VI - infringir as normas regulamentares do setor.

§ 1º A redução do valor da gratificação dar-se-á na razão de dez por cento por ocorrência.

§ 2º O servidor que sofrer penalidade disciplinar de suspensão ou de advertência perderá o valor integral da gratificação de condução no mês da ocorrência, quando possível, ou no mês subsequente. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 938/2014)

Art. 102-B Compete ao Órgão de Controle de Veículos e Máquinas no âmbito do Poder Executivo, suas autarquias e fundações:

I - zelar pelo cumprimento das normas internas do setor;

II - orientar os servidores sobre as exigências regulamentares para a concessão da gratificação;

III - registrar diariamente as ocorrências envolvendo os servidores e cientificá-los dos seus reflexos no valor da gratificação;

IV - encaminhar ao Órgão de Pessoal correspondente, até o dia vinte de cada mês, a relação dos motoristas, operadores de máquinas e guardas de trânsito que incidiram nas ocorrências previstas no art. 102-A com os percentuais de redução do valor da gratificação, acompanhada dos respectivos comprovantes. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 938/2014)

Art. 102-C Ato próprio do Prefeito no âmbito do Poder Executivo e dos Dirigentes Superiores no âmbito das autarquias e fundações disporá sobre as normas internas do Órgão de Controle de Veículos e Máquinas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 938/2014)

Art. 102-D A gratificação de condução será paga integralmente ao servidor nas hipóteses de afastamento remunerado do exercício do cargo e em virtude de férias e demais licenças remuneradas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 938/2014)

SUBSEÇÃO XIII-A

DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PREGOEIRO (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 881/2013)

Art. 102-E Ao servidor designado para desempenhar atividades de elaboração de editais para aquisição de bens e serviços comuns, incluindo, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, será concedida gratificação equivalente a oitenta por cento do valor do padrão "A" de vencimento, faixa I, carga horária quarenta horas semanais, categoria "7", da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 881/2013) (Renumerado pela Lei Complementar nº 1117/2017)

SUBSEÇÃO XIV DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

Art. 103 Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres fazem jus ao adicional de insalubridade, que incidirá sobre o menor padrão de vencimento pago pelo Município.

Art. 103 Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres fazem jus ao adicional de insalubridade, que incidirá sobre o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

Art. 104 O servidor que trabalha em contato permanente com substâncias perigosas ou com risco de vida faz jus ao adicional de periculosidade, que incidirá sobre o valor do padrão de seu vencimento.

Art. 105 A concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade far-se-á em observância às situações especificadas na legislação federal própria.

Art. 106 O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com o laudo técnico das condições de ambiente de trabalho, deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Parágrafo único. O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 107 É proibido à servidora gestante ou lactante o trabalho em atividade ou operações consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 108 Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o caput devem ser submetidos a exames médicos periódicos, pagos pelo Município.

SUBSEÇÃO XV DO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 109 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

Parágrafo único. No caso de trabalho em dia consagrado ao repouso semanal e em feriado, o adicional será de cem por cento sobre a hora normal.

Art. 110 O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança não faz jus ao pagamento de horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário.

Art. 111 A realização individual de serviço no regime de trabalho de que trata o art. 109 fica limitada ao máximo de quarenta horas mensais.

Art. 112 O valor da hora de trabalho realizada no regime de que trata o art. 109 poderá ser compensado, a critério da Administração, por meio de crédito em banco de horas, nas condições previstas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8612/2008)

Art. 113 ~~O serviço extraordinário pago ao servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias.~~

Art. 113 O serviço extraordinário pago ao servidor integrará, pela média das horas realizadas nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 114 O limite de que trata o art. 111 poderá ser ampliado com autorização expressa do Chefe de Poder, mediante justificativa do Secretário Municipal ou dos Dirigentes Superiores das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

SUBSEÇÃO XVI DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 115 Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de um terço da remuneração, correspondente ao período de férias.

Art. 116 O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional de férias calculado sobre a remuneração dos dois cargos.

SUBSEÇÃO XVII DO ADICIONAL PELO TRABALHO NOTURNO

Art. 117 ~~O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno.~~

Art. 117 O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º Considera-se noturno, para os efeitos desta lei, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 2º Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 109.

SUBSEÇÃO XVIII DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 118 ~~Fica instituído aos servidores públicos municipais, a partir da data de vigência desta Lei, o adicional por tempo de serviço, por triênio, correspondente a três por cento sobre o padrão de vencimento para cada três anos de exercício prestado ao Município, suas Autarquias e Fundações.~~

Art. 118 Fica instituído para os servidores públicos municipais, a partir da data de vigência desta Lei, o adicional por tempo de serviço, por triênio, correspondente a três por cento sobre o padrão de vencimento e o aumento da jornada semanal de trabalho de natureza permanente e temporária, a cada

três anos de exercício no Município, suas autarquias e fundações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1142/2017)

§ 1º O adicional de que trata o caput é devido aos titulares de cargos de carreira integrantes dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal previstos na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações e na lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Legislativo.

§ 2º O servidor público municipal de carreira que for investido em outro cargo efetivo poderá averbar o tempo de serviço público ininterrupto prestado no cargo que ocupava no âmbito do Município, suas Autarquias ou Fundações, para fins de concessão do adicional.

SUBSEÇÃO XIX

DO ADICIONAL DE FUNÇÃO (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010) (Revogada pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-A - ~~Ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico e de Cirurgião-Dentista, com jornada de trabalho de 10 (dez) horas semanais, que desempenha atividades de atendimento direto à população nas unidades médico-hospitalares e ambulatoriais do Município será concedido adicional de função equivalente a até 100% (cem por cento) do valor do padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 11, 20 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, observadas as condições e requisitos estabelecidos em ato do Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010) (Vide Decreto nº 9301/2010)~~

Art. 118-A - ~~O adicional de função, que tem por finalidade Incentivar o aprimoramento das atividades médico-odontológicas desenvolvidas no âmbito da rede pública municipal de saúde, será concedido ao servidor com carga horária de 10 (dez) horas semanais, ocupante do cargo efetivo de:~~

~~I - Médico, equivalente a 100% (cem por cento) do valor do padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 11, carga horária 20 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, observado o disposto no § 1º deste artigo;~~

~~II - Cirurgião-Dentista, equivalente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 11, carga horária 20 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, observado o disposto no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 1º O adicional de função será calculado proporcionalmente à jornada semanal de trabalho do servidor, limitada a 40 (quarenta) horas semanais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010)~~

~~§ 1º O adicional de função será calculado proporcionalmente à carga horária semanal de trabalho do servidor, limitada a 40 (quarenta) horas semanais, observados os percentuais e cumpridos os requisitos previstos nos arts. 118-B e 118-C. (Redação dada pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos médicos e cirurgiões dentistas que atuam na Estratégia de Saúde da Família. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010)~~

~~§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos médicos e cirurgiões dentistas que atuam na Estratégia de Saúde da Família, a contar de 01 de janeiro de 2011. (Redação dada pela Lei Complementar nº 781/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 3º O adicional de função será computado no cálculo dos proventos na forma prevista em lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010)~~

~~§ 3º O adicional de função tem caráter permanente e será incorporado aos proventos na forma da Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

~~§ 4º O Poder Executivo expedirá o ato administrativo estabelecendo as condições e requisitos para concessão do adicional de função no prazo de 90 dias, contado a partir de 01 de julho de 2010. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 766/2010) (Prazo Ampliado em 150 (cento e cinquenta) dias pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

~~§ 4º Os médicos e cirurgiões dentistas ocupantes de cargo em comissão, não detentores de vínculo efetivo com o Município, suas autarquias e fundações, não farão jus ao adicional de função. (Redação dada pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 5º É devido o valor integral do adicional de função, nos limites fixados no ato administrativo de que trata o § 4º, aos médicos e cirurgiões dentistas designados para exercer as atribuições de membro de equipe técnica ou nomeados em cargo de provimento em comissão de Diretor, Consultor Técnico e Secretário Municipal, que optarem pela remuneração do cargo efetivo, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, observada a jornada semanal de trabalho do respectivo cargo efetivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

~~§ 5º É devido o valor integral do adicional de função, nos limites fixados nos incisos I e II do caput, aos médicos e cirurgiões dentistas que, designados para exercício das atribuições de membro de Equipe Técnica e da ETS (Escola Técnica de Saúde) ou nomeados para cargo em comissão de Diretor, Gerente e Secretário Municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, optarem pela remuneração do cargo efetivo, observada a carga horária semanal de trabalho do respectivo cargo efetivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 6º O adicional de função será concedido aos médicos e cirurgiões dentistas pelo desempenho de atividades de regulação e de auditoria, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pela realização de perícia médica no âmbito do SESOSP e do ISSBLU. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 781/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 7º O servidor efetivo de que trata o § 5º não fará jus à percepção das gratificações especiais previstas no art. 92 desta Lei Complementar e no inciso V do art. 2º da Lei nº 7.215, de 18/12/2007, incluído pela Lei nº 7.522, de 12/04/2010. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

~~§ 8º O adicional de função integrará, pela média dos valores percebidos nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 781/2010)~~

~~§ 9º Ressalvado o disposto no § 8º, para fins de concessão dos demais benefícios e vantagens previstos nesta Lei Complementar, o adicional de função será calculado pela média dos valores percebidos nos meses imediatamente anteriores à sua concessão, limitados aos últimos cento e vinte meses. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 781/2010) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)~~

Art. 118-B — O adicional de função será concedido ao servidor ocupante do cargo efetivo de Médico: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

I — pelo desempenho de atividades de atendimento direto à população nas unidades médico-hospitalares e ambulatoriais do Município, observados os seguintes percentuais e requisitos:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação de Consultas), no qual são registrados os encaminhamentos às especialidades;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela resolutividade de 70% (setenta por cento) das consultas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

II — pelo desempenho de atividades de atendimento direto à população nas unidades médico-hospitalares e ambulatoriais do Município no âmbito das especialidades médicas, observados os seguintes percentuais e requisitos:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação de Consultas);

b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela autorregulação da demanda de consultas de retorno da sua especialidade e da fila de espera de cirurgias eletivas; (Redação acrescida

pela Lei Complementar nº 900/2013}

III — pelo desempenho de atividades de regulação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A, assim especificadas:

- a) formulação de respostas a solicitações de consultas, exames e procedimentos de urgência em até 48 (quarenta e oito) horas, e, nos casos eletivos, em até 120 (cento e vinte) horas;
- b) promoção de esclarecimentos e orientações aos médicos sobre consultas, exames e procedimentos regulados, quando necessário;
- c) regulação de 100% (cem por cento) dos exames de alto custo;
- d) elaboração de protocolos e de manuais de conduta de autorização e regulação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

IV — pelo desempenho de atividades de auditoria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A, assim especificadas:

- a) auditoria de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das contas mensais de produção relativas a internações hospitalares de homônimos, de politraumatizados, de cirurgias múltiplas, de curta permanência e de procedimentos sequenciais;
- b) auditoria analítica de, no mínimo, duas vezes ao ano dos relatórios, emitidos pelo sistema de informação próprio de produção ambulatorial, da rede pública municipal de saúde, para controlar e avaliar o desempenho das respectivas unidades de saúde;
- c) avaliação dos prestadores de serviços de saúde terceirizados, mediante visitas periódicas, para fins de renovação do contrato ou de nova contratação;
- d) apuração, mediante processo administrativo, das denúncias de irregularidades na prestação dos serviços de saúde pública de competência da auditoria; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

V — pelo desempenho de atividades nas áreas de perícia médica, medicina do trabalho e medicina assistencial no âmbito do Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal (SESOSP), equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A, assim especificadas:

- a) preenchimento de dados relativos aos atendimentos em sistema informatizado de gestão;
- b) contínua participação nos processos de remodelação e aprimoramento do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- c) participação em reuniões técnicas com a equipe multidisciplinar e de segurança do trabalho; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

VI — pelo desempenho de atividades no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF), observados os seguintes percentuais e requisitos:

- a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação de Consultas), no qual são registrados os encaminhamentos às especialidades;
- b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A pela resolutividade de 70% (setenta por cento) nas consultas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

VII — pelo desempenho de atividades de perícia médica no âmbito do Instituto Municipal de Seguridade do Servidor de Blumenau (ISSBLU), equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A, assim especificadas:

- a) preenchimento de todos os quesitos dos laudos periciais e dos formulários informatizados do sistema de gestão;
- b) participação em reuniões técnicas com a equipe multidisciplinar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

VIII — pelo desempenho de atividades no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso I do art. 118-A, assim especificadas:

- a) operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação de Consultas);
- b) contínua participação em capacitações para os processos de aprimoramento do SAD;
- c) participação em reuniões técnicas com a equipe multidisciplinar do SAD;

~~d) capacitação de cuidadores em ambiente domiciliar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 919/2013)~~

~~§ 1º A resolutividade de que tratam as alíneas "b" do inciso I e "b" do inciso VI deste artigo, que poderá ser flexibilizada a partir da análise dos indicadores epidemiológicos locais, compreende a resolução de 70% (setenta por cento) de todos os atendimentos médicos mensais por profissional da unidade e 30% (trinta por cento) deles mediante encaminhamentos às especialidades. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)~~

~~§ 2º Os atendimentos médicos nas áreas de perícia médica, medicina do trabalho e medicina assistencial serão distribuídos aleatoriamente entre todos os médicos com exercício no SESOSP. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)~~

Art. 118-C — O adicional de função será concedido ao servidor ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

I — pelo desempenho de atividades de atendimento direto à população nas unidades médico-hospitalares e ambulatoriais do Município, observados os seguintes percentuais e requisitos:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação) no âmbito da unidade, no qual serão efetuados o agendamento e controle dos usuários que estão sob seus cuidados profissionais;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pelo critério de resolutividade, que constitui o atendimento mínimo de 20 (vinte) novos pacientes a cada mês; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

II — pelo desempenho de atividades no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF), observados os seguintes percentuais e requisitos:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação) no âmbito da equipe, no qual são efetuados o atendimento e controle dos usuários que estão sob seus cuidados profissionais;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pelo critério de resolutividade, que constitui o atendimento mínimo de 25 (vinte e cinco) novos pacientes a cada mês; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

III — pelo desempenho de atividades de regulação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A, assim especificadas:

a) formulação de respostas a solicitações de consultas, exames e procedimentos de urgência em até 48 (quarenta e oito) horas, e, nos casos eletivos, em até 72 (setenta e duas) horas;

b) promoção permanente de esclarecimentos e orientações aos médicos e cirurgiões-dentistas sobre consultas, exames e procedimentos regulados;

c) elaboração de protocolos e de manuais de conduta de autorização e regulação, bem como a promoção da capacitação dos cirurgiões-dentistas incumbidos de implantá-los no âmbito da rede de assistência à saúde; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

IV — pelo desempenho de atividades de auditoria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A, assim especificadas:

a) auditoria de procedimentos realizados na rede pública, quando solicitada pela Gerência;

b) avaliação dos relatórios de produção ambulatorial mensal da rede pública municipal de saúde;

c) avaliação dos prestadores de serviços de saúde terceirizados, mediante visitas periódicas, para fins de renovação do contrato ou de nova contratação;

d) apuração, mediante processo administrativo, das denúncias de irregularidades na prestação dos serviços de saúde pública de competência da auditoria, tanto na rede pública quanto nos serviços terceirizados; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

V — pelo desempenho de atividades de atendimento especializado direto à população nas unidades médico-hospitalares e ambulatoriais do Município, observados os seguintes percentuais e requisitos:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pela operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação), no qual são consignadas informações e registros dos procedimentos realizados pela especialidade;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A pelo critério de resolutividade, que constitui o atendimento mensal, para o especialista com carga horária de 20 horas semanais em:

1. endodontia, de 30 (trinta) novos pacientes;

2. periodontia, de 20 (vinte) novos pacientes;

3. odontopediatria, de 20 (vinte) novos pacientes;

4. pacientes portadores de necessidades especiais, de 20 (vinte) novos pacientes;

5. cirurgia bucomaxilofacial, de 40 (quarenta) novos pacientes. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

VI — pelo desempenho de atividades no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), equivalente a 100% (cem por cento) do valor previsto no inciso II do art. 118-A, assim especificadas:

a) operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação de Consultas);

b) contínua participação em capacitações para os processos de aprimoramento do SAD;

c) participação em reuniões técnicas com a equipe multidisciplinar do SAD. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 919/2013)

§ 1º Será computado como atendimento de novo paciente, para as especialidades de que tratam os itens 1 e 5 da alínea "b" do inciso V, cada novo tratamento endodôntico ou procedimento cirúrgico realizado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

§ 2º O atendimento mensal de novos pacientes poderá ser inferior ao previsto para a especialidade de que trata o item 4 da alínea "b" do inciso V, observada a complexidade do tratamento dos pacientes portadores de necessidades especiais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013)

§ 3º A resolutividade de que trata este artigo poderá ser flexibilizada a partir da análise dos indicadores epidemiológicos locais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-D — Será computado como realizado o não comparecimento do paciente na consulta/perícia ou no atendimento odontológico previamente agendados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-E — Em caso de afastamento considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção do respectivo adicional por período mensal, contínuo ou não, igual ou inferior a 15 (quinze) dias, o servidor continuará a perceber o valor correspondente ao resultado da última aferição. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-F — Os médicos e cirurgiões dentistas recém nomeados receberão o adicional de função integral pelo prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da posse no cargo efetivo, durante o período de capacitação deles para operacionalização do SISREG (Sistema de Regulação). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-G — A concessão do adicional de função será regulamentada, no que couber, por ato do Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 118-H — O adicional de função será devido aos médicos e cirurgiões dentistas admitidos em caráter temporário na forma de lei específica, observado o art. 118-F e demais disposições aplicáveis. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 900/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)

Art. 119 ~~Os valores utilizados no pagamento nas gratificações de que tratam os incisos XI e XII do art. 87 ficam limitados em dois virgula cinco por cento do valor da receita corrente líquida anual. (Revogado pela Lei Complementar nº 1047/2016)~~

Capítulo III DAS FÉRIAS

Art. 120 O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias consecutivos de férias remuneradas, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, devidamente justificada pela chefia imediata.

Parágrafo único. Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos doze meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas na forma e condições estabelecidas no Estatuto dos servidores efetivos do Magistério Público Municipal, e para as férias coletivas, definidas por ato do Prefeito.

Art. 120-A O servidor receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 1º Os adicionais e gratificações serão computados na remuneração que servirá de base ao cálculo das férias.

§ 2º Se, na data da concessão das férias, o servidor não estiver recebendo o mesmo adicional ou gratificação do período aquisitivo, ou quando o valor destes não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após atualização dos valores pagos, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos remuneratórios supervenientes.

§ 3º O servidor que estiver ocupando cargo em comissão na data da concessão das férias receberá a remuneração do cargo efetivo, calculada na forma do § 2º, quando o valor desta, no período aquisitivo, for superior ao da remuneração do cargo em comissão.

§ 4º O servidor que ocupou cargo em comissão, durante o período aquisitivo, receberá o valor da diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, após atualização deste, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos remuneratórios supervenientes.

§ 5º O valor da diferença vencimental de que trata o § 4º será pago na razão de um doze avos por mês de exercício de cada cargo em comissão titularizado no período aquisitivo, acrescido da gratificação ou do adicional calculados na forma do § 2º.

§ 6º Aplica-se o disposto nos §§ 4º e 5º quando a remuneração do cargo em comissão titularizado no período aquisitivo for superior à remuneração do cargo efetivo na data da concessão das férias.

§ 7º Será considerada como mês integral a fração igual ou superior a quinze dias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 121 As férias serão reduzidas para:

I - vinte e quatro dias corridos, quando o servidor tiver de seis a quatorze faltas injustificadas;

II - dezoito dias corridos, quando o servidor tiver de quinze a vinte e três faltas injustificadas;

III - doze dias corridos, quando o servidor tiver de vinte e quatro a trinta e duas faltas injustificadas.

Art. 122 É vedado descontar do período de férias as faltas do servidor ao serviço.

~~**Art. 123** Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 120, pagar-se-á em dobro a respectiva remuneração. (Revogado pela Lei Complementar nº 1210/2018)~~

Art. 124 Na exoneração do servidor será devida:

I - a remuneração simples ou em dobro, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de um doze avos por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 125 Suspendem o período aquisitivo de férias:

I - os afastamentos do exercício do cargo previstos no art. 22, sem remuneração para origem;

~~II - as licenças previstas nos incisos II, III, IV, VI e IX do art. 131.~~

[II - as licenças previstas nos incisos II, III, IV e VI do art. 131. \(Redação dada pela Lei Complementar nº 807/2011\)](#)

Art. 126 Não terá direito a férias o servidor que, no curso do período aquisitivo:

I - faltar ao serviço, sem justificativa e tiver descontos dos seus vencimentos, por mais de trinta e dois dias;

II - tiver afastamento do exercício do cargo em licença por acidente em serviço, para tratamento de saúde ou em auxílio-doença, e licença por motivo de doença em pessoa da família, totalizando mais de cento e oitenta dias.

§ 1º A interrupção da prestação de serviço deverá ser anotada no registro funcional do servidor.

§ 2º Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

~~**Art. 127** É facultado ao servidor converter um terço das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início, exceto na hipótese prevista no inciso III do art. 121.~~

[Art. 127](#) A critério da Administração, no caso de necessidade do serviço, devidamente justificada pela chefia imediata, e desde que haja concordância do servidor, poderá ser convertido um terço das férias em

abono pecuniário.

Parágrafo único. Será vedada a conversão prevista no caput deste artigo na hipótese prevista no inciso III do art. 121. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº [1210/2018](#))

Art. 128 O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente com Raios X e substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único. O servidor referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o art. 127.

Art. 129 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Capítulo IV DO PRÊMIO ESPECIAL

Art. 130 Ao servidor que completar vinte e cinco anos de serviço público no Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, será conferido um prêmio especial e que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente a duas vezes a remuneração percebida na data de sua concessão e de uma placa de prata comemorativa ao evento. (Vide Decreto nº [11.888/2018](#))

Parágrafo único. Para efeitos de deferimento do prêmio de que trata o caput não será considerado o tempo de afastamento em virtude das licenças previstas no art. 131, incisos III e IV.

Capítulo V DAS LICENÇAS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 131 Conceder-se-á licença ao servidor:

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - para serviço militar obrigatório;
- III - para tratar de interesses particulares;
- IV - para acompanhar o cônjuge ou companheiro;
- V - como prêmio;
- VI - para atividade política;

VII - para participação em cursos;

VIII - para congressos e competições esportivas;

IX - para desempenho de mandato classista.

Art. 132 O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a vinte e quatro meses, salvo nas hipóteses previstas nos incisos II, IV, VI, VII e IX do art. 131.

Art. 133 A licença concedida dentro de sessenta dias contados do término da anterior, por igual motivo, será considerada prorrogação desta.

Art. 134 Terminada a licença o servidor reassumirá imediatamente o exercício do cargo, salvo nos casos de prorrogação de ofício ou a pedido, retornando a sua lotação de origem.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação será apresentado antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 135 A competência para a concessão de licença será do Chefe de Poder, dos Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município ou de outra autoridade definida em regulamento.

Art. 136 O servidor em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

SEÇÃO II

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

~~**Art. 137** O servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de junta médica oficial e acompanhamento social.~~

Art. 137 O servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de avaliação médica do SESOSP e acompanhamento social. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º A licença será concedida com a remuneração integral durante os primeiros 30 (trinta) dias, e proporcional, quando ultrapassar esse limite, sendo: (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 963/2014)

I - setenta por cento, até seis meses;

II - cinquenta por cento, de seis até doze meses;

III - sem remuneração, de doze até vinte e quatro meses.

§ 2º O atestado médico necessário à concessão da licença deverá ser encaminhado ao SESOSP no prazo de que trata o art. 273-A. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

SEÇÃO III DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 138 Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação federal específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 139 A critério da Administração poderá ser concedida ao servidor efetivo e estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo, neste caso, o mesmo reassumir imediatamente o serviço.

§ 2º Em caso de interrupção no interesse do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

Art. 140 Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior.

Art. 141 Não se concederá a licença a servidor nomeado para outro cargo efetivo ou removido antes de completar dois anos no exercício, ou que esteja respondendo a processo disciplinar.

Art. 142 O servidor aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, que lhe será comunicada no prazo de até trinta dias.

Art. 143 Ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em exercício de função de confiança não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 144 Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, salvo nos casos de prorrogação de ofício ou a pedido, ou de aposentadoria.

§ 1º Retornando da licença o servidor terá exercício no local de sua escolha, consideradas as vagas existentes na oportunidade.

§ 2º O pedido de prorrogação, permitido somente na hipótese em que o prazo de licença deferido for inferior a dois anos, será apresentado antes de findo o prazo da licença, e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

SEÇÃO V
DA LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

Art. 145 O servidor estável, cujo cônjuge ou companheiro for servidor federal, estadual ou municipal, que se deslocar para servir em outro ponto do território nacional, ou no estrangeiro, terá direito à licença sem remuneração, por prazo indeterminado.

§ 1º A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído.

§ 2º Retornando da licença o servidor terá exercício no local de sua escolha, consideradas as vagas existentes na oportunidade.

SEÇÃO VI
DA LICENÇA-PRÊMIO

Art. 146 Após cada decênio de exercício ininterrupto no Município, suas Autarquias e Fundações instituídas e mantidas, ao servidor que a requerer, conceder-se-á licença-prêmio de cento e oitenta dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens permanentes de seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em exercício de função de confiança não se concederá, nessa qualidade, licença-prêmio.

Art. 147 Suspendem a contagem do período aquisitivo para efeito de concessão da licença-prêmio os afastamentos do exercício do cargo efetivo sem remuneração para origem, exceto para exercer cargo de provimento em comissão no Município, suas Autarquias e Fundações.

Parágrafo único. Na ocorrência das situações previstas no caput a contagem do período aquisitivo para efeito da licença recomeçará a contar, pelo prazo restante, no dia imediatamente posterior ao término do motivo que determinou a suspensão.

Art. 148 As faltas injustificadas ao serviço e as penalidades disciplinares de advertência retardarão a concessão da licença-prêmio e de início de novo período aquisitivo na proporção de um mês para cada falta ou penalidade.

Art. 149 A penalidade disciplinar de suspensão retardará a concessão da licença-prêmio e de início de novo período aquisitivo em um ano para cada penalidade.

Art. 150 O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 151 O servidor com direito à licença-prêmio poderá optar pelo recebimento em dinheiro de importância correspondente a um terço da licença. ([Vide Decreto nº 11.888/2018](#))

~~§ 1º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante a partir do recebimento.~~

§ 1º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante do período, observado o disposto no art. 153. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

§ 2º O Município, por critério administrativo próprio, devidamente justificado, em face de necessidade imperiosa, interesse inadiável, excepcionalidade dos serviços prestados pelo servidor requerente ou pela necessidade do servidor por motivos especiais, poderá indenizar o período de licença prêmio restante (dois terços) ou mesmo a totalidade do período, caso assim requeira o servidor, convertendo-o em pecúnia, dentro do critério definido no parágrafo seguinte, desde que haja a concordância do servidor público.

§ 3º A conversão da licença prêmio em pecúnia, em qualquer caso, será considerada como licença gozada.

§ 4º Os critérios administrativos serão definidos e regulamentados em lei específica.

§ 5º Para efeito de cálculo do período de licença convertido em pecúnia será considerado o padrão de vencimento percebido pelo servidor, no cargo efetivo, na data do início do gozo, acrescido das vantagens de natureza permanente.

§ 6º O pagamento da licença prêmio convertida em pecúnia dependerá de disponibilidade financeira do Município, suas Autarquias e Fundações, e será feito nas condições estabelecidas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8613/2008)

Art. 152 Decairá do direito de receber a licença-prêmio não gozada o servidor que não a requerer no prazo de até dois anos da data do desligamento do serviço público municipal.

~~**Art. 153** A licença-prêmio será usufruída em período contínuo, ficando a critério do servidor a época da fruição, desde que se manifeste com antecedência mínima de noventa dias.~~

~~**Art. 153** A licença-prêmio será usufruída em período contínuo, ficando a critério do servidor a época da fruição.~~

~~Parágrafo Único — A chefia imediata autorizará a fruição imediata da licença, ou, motivadamente, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado do pedido do servidor, observado o interesse do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)~~

Art. 153 A licença-prêmio poderá ser usufruída em períodos de trinta dias, cumulados ou não, ficando a critério do servidor a época da fruição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1150/2017)

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

~~**Art. 154** O servidor terá licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.~~

~~§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito.~~

~~§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.~~

Art. 154 Ao servidor que pretende concorrer a cargo eletivo será concedida licença para atividade política a partir dos três meses que antecedem a data da eleição até o décimo quinto dia seguinte ao pleito, assegurada a percepção dos vencimentos integrais.

§ 1º O requerimento de solicitação da licença deverá estar instruído com a prova de filiação partidária do servidor pelo tempo mínimo exigido na legislação eleitoral, bem como de declaração emitida por partido político atestando a sua condição de pré-candidato às eleições.

§ 2º A continuidade do afastamento fica condicionada ao deferimento do registro da candidatura do servidor perante a Justiça Eleitoral.

§ 3º Não havendo o registro da candidatura, ou sendo este indeferido, a licença será revogada, devendo o servidor retornar ao exercício do seu respectivo cargo ou função.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será instaurado procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da ausência do registro ou do seu indeferimento, sendo que, concluindo pela culpa ou simulação do servidor, será promovida a recuperação do valor correspondente aos vencimentos pagos durante o período de afastamento.

§ 5º A licença de que trata este artigo não se aplica aos ocupantes de cargos de provimento em comissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1059/2016)

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Art. 155 O servidor terá direito à licença com remuneração integral quando for convocado ou designado para participar de cursos, congressos, seminários ou competições esportivas oficiais, mediante expressa autorização da autoridade a que estiver vinculado.

SEÇÃO IX

DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 156 É assegurado ao servidor o direito à licença para desempenho de mandato na Associação ou no Sindicato dos servidores públicos municipais.

Art. 157 Os vencimentos do servidor licenciado para o desempenho de mandato na Associação e no Sindicato serão pagos pelo Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas.

~~§ 1º Somente poderá ser licenciado servidor eleito para cargo de direção nas referidas entidades, até o máximo de três por entidade.~~

§ 1º Somente poderá ser licenciado servidor eleito para cargo de direção nas entidades de que trata o

caput, até o máximo de 6 (seis) por entidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 890/2013)

§ 2º A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada, em caso de reeleição.

Capítulo VI DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 158 A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 159 Será considerado como de exercício o afastamento em virtude de:

I - férias;

~~II - casamento civil, até nove dias consecutivos, contados do pedido de afastamento;~~

II - casamento civil, até nove dias consecutivos, contados da data da celebração; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1206/2018)

~~III - luto, a contar do falecimento de cônjuge, filhos ou pais, até nove dias consecutivos, ou pelo falecimento de sogros, avós e irmãos, até três dias;~~

III - luto, a contar do falecimento de cônjuge, filhos ou pais, até nove dias consecutivos, ou pelo falecimento de sogros, genros, noras, avós, netos e irmãos, até três dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1206/2018)

IV - licença por acidente em serviço ou doença profissional;

V - para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, suas Autarquias e Fundações Públicas;

VI - licença à gestante, à adotante e paternidade;

VII - convocação para o serviço militar;

VIII - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IX - em virtude de cursos, congressos, seminários e competições esportivas;

X - doação de sangue;

XI - para alistar-se como eleitor até um dia;

XII - por motivo de saúde de pessoa da família do servidor, até doze meses;

XIII - licença-prêmio gozada;

XIV - licença para atividade política;

XV - para desempenho de mandato classista;

XVI - para desempenho de mandato de Conselheiro Tutelar;

XVII - em virtude de processo disciplinar de que não resulte pena;

XVIII - exercício de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas;

XIX - desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal.

XX - realização de exame preventivo de controle do câncer de um dia por ano, comprovado mediante declaração ou atestado médico apresentado ao SESOSP. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1150/2017)

XXI - comparecimento a consultas médicas ou odontológicas, realização de exames complementares ou tratamento psicológico ou fisioterapêutico prescrito por profissional de medicina, por no máximo duas horas diárias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1206/2018)

Parágrafo único. O disposto no inciso XXI deste artigo aplica-se exclusivamente aos servidores com carga horária semanal igual a quarenta horas e que possuem jornada de trabalho durante o expediente ordinário dos órgãos do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1206/2018)

Art. 160 A contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria será efetuada nas condições estabelecidas em legislação própria.

Art. 161 Todo o tempo de serviço público prestado ao Município, suas Autarquias e Fundações Públicas será considerado na forma e condições estabelecidas nesta lei.

Capítulo VII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 162 É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 163 O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 164 Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de cinco dias e decididos dentro de trinta dias.

Art. 165 Caberá recurso, na forma que a lei dispuser:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Art. 166 O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 167 O recurso poderá ser recebido, com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 168 O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão, exoneração, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 169 O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr, na sua totalidade, do dia em que cessar a interrupção.

Art. 170 A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 171 Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 172 A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 173 A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 174 O direito de a Administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os servidores decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Parágrafo único. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Art. 175 São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade da Administração, e para a realização do qual esta não concorreu, direta ou indiretamente.

TÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I DOS DEVERES

Art. 176 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função;

~~II - assiduidade;~~

II - ser assíduo e pontual ao serviço; (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

~~III - pontualidade;~~

III - manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

IV - discrição;

~~V - tratar com cortesia as pessoas;~~

V - tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral; (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

VI - observar as normas legais e regulamentares;

VII - cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

VIII - representar à autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;

IX - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

X - fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço;

XII - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, na forma da lei;
- c) as requisições para a defesa da Fazenda Pública, no prazo determinado pela autoridade competente;

XIII - colaborar com o aperfeiçoamento do serviço, sugerindo à chefia imediata as medidas que julgar necessárias;

XIV - guardar sigilo sobre assuntos relacionados ao trabalho.

Capítulo II DAS PROIBIÇÕES

Art. 177 Ao servidor público é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documento público;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

~~V - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição;~~

V - deixar de responsabilizar subordinado que saiba ter cometido infração disciplinar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de subordinado;

VII - praticar atos ou atitudes, no recinto da repartição, que obriguem outro servidor à filiação político partidária, sindical ou associativa profissional;

~~VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo em comissão ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil, em linha reta ou colateral;~~

VIII - manter sob sua chefia, em cargo de provimento em comissão ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente seu por consangüinidade, adoção ou afinidade, de fato ou de direito, até o terceiro grau, e, nas mesmas condições, cônjuge, companheiro ou parente das seguintes autoridades:

a) de prefeito, de vice-prefeito e de secretário municipal, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo;

b) de vereador ou de membro da Mesa Diretora, no âmbito do Poder Legislativo;

c) de presidente, de vice-presidente e de diretor de autarquia, fundação ou empresa pública ou sociedade de economia mista, no âmbito do município de Blumenau. (Redação dada pela Lei Complementar nº 727/2009)

IX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

X - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que este ocupa, exceto em situações de

emergência e transitórias;

XI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

~~XII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;~~

XII - exercer, durante o expediente ou fora dele, função estranha ao cargo ou atender pessoas na repartição para tratar de assuntos relacionados à atividade particular; (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

XIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XIV - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público;

~~XV - atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;~~

XV - patrocinar direta ou indiretamente interesse privado perante a administração pública municipal valendo-se da qualidade de servidor; (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

XVI - receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro;

XVIII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XIX - proceder de forma desidiosa;

XX - acumular remuneradamente cargo, emprego ou função pública, exceto nas hipóteses previstas no art. 178.

XXI - apresentar-se em serviço em estado de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento causado pelo uso de drogas ilícitas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXII - praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXIII - falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXIV - abandonar o cargo; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXV - ser habitualmente inassíduo; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXVI - aplicar irregularmente verba pública; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXVII - infligir maus tratos morais ou físicos, em serviço, a servidor ou a particular; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXVIII - agredir fisicamente servidor ou particular, salvo em legítima defesa; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXIX - modificar ou alterar sistema de informação ou programa de informática sem autorização da autoridade competente; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXX - falsificar ou inutilizar no todo ou em parte ou subtrair da repartição documento público ou particular; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXXI - praticar incontinência pública ou conduta escandalosa; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

XXXII - assediar sexualmente outro servidor ou o administrado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso VIII deste artigo, também fica caracterizada a prática do nepotismo, em afronta aos princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.027/90, sem prejuízo aos demais, a dissimulação da iniciativa, com nomeação dos servidores acima mencionados, mesmo que sem subordinação direta. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 727/2009)

§ 2º Nas disposições previstas no inciso VIII deste artigo, também se enquadram as pessoas que tiverem grau de parentesco com ocupantes de cargos eletivos executivos em municípios vizinhos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e vice-governadores, que tenham domicílio eleitoral em Blumenau. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 727/2009)

§ 3º O descumprimento ao disposto no inciso VIII e nos parágrafos 1º e 2º deste artigo importa na nulidade da nomeação e na punição da autoridade responsável, na forma da lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 727/2009)

§ 4º Comprovado que o estado de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento causado pelo uso de drogas ilícitas no serviço é habitual e associado a distúrbios psicológicos e mentais, o processo disciplinar será arquivado, sem julgamento de mérito, e o servidor encaminhado aos cuidados do SESOSP. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

Capítulo III DA ACUMULAÇÃO

Art. 178 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo quando houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º A acumulação de cargos, empregos ou funções, ainda que lícitas, ficam condicionadas à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivos com proventos da inatividade, salvo quando os cargos ou empregos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 179 Entende-se para efeito do art. 178:

I - cargo de professor aquele que tem como atribuição principal e permanente, atividades estritamente docentes, compreendendo a preparação e ministração de aulas em qualquer grau de ensino;

II - cargo Técnico ou Científico aquele cujo desempenho requeira a aplicação de métodos técnicos organizados, que se fundem em conhecimento científico correspondente, exigido o diploma de nível superior;

III - cargo científico aquele cujo desempenho requeira conhecimento científico correspondente, exigido o diploma de nível superior;

IV - cargo técnico aquele cujo desempenho requeira especialidade técnica definida, dispensado o diploma de nível superior.

Capítulo IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 180 O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 181 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo servidor no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

§ 1º Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação própria, se infrutífera a composição.

§ 2º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 182 A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 183 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 184 A responsabilidade civil e penal será apurada no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da legislação específica.

Capítulo V DAS PENALIDADES

Art. 185 São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

V - destituição de função de confiança;

VI - destituição de cargo em comissão.

~~**Art. 186** Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.~~

Art. 186 Na aplicação das penalidades, serão considerados os antecedentes funcionais do servidor, a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, a repercussão do fato, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, assim como a reincidência. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

§ 1º Consideram-se antecedentes funcionais, para efeito de abrandamento da pena, os registros de elogios, a produção de trabalho relevante e a colaboração comprovada para o aperfeiçoamento do serviço. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 951/2014)

§ 2º É circunstância agravante da infração disciplinar o fato de ter sido praticada em concurso de dois ou mais servidores ou contra criança, adolescente, idoso ou incapaz física ou mentalmente, ou, quando se tratar de agressão física ou moral e dela resultar sequela grave. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

~~**Art. 187** A advertência será aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do art. 177, incisos I a XII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas.~~

Art. 187 A penalidade de advertência será aplicada por escrito nos casos de violação dos deveres funcionais previstos no art. 176. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

Art. 188 ~~A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.~~

Art. 188 Será aplicada a penalidade de suspensão de:

I - até trinta dias, na reincidência das faltas punidas com advertência e nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos I, III, IV, VI, IX e X;

II - trinta e um a sessenta dias, nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos II, V, VII e XVIII;

III - sessenta e um a noventa dias, nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos VIII, XI, XII, XV e XXVIII. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 189 Não serão consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 190 ~~A demissão será aplicada nos seguintes casos:~~

~~I - crime contra a Administração Pública;~~

~~II - abandono de cargo;~~

~~III - inassiduidade habitual;~~

~~IV - improbidade administrativa;~~

~~V - incontinência pública e conduta escandalosa;~~

~~VI - insubordinação grave em serviço;~~

~~VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;~~

~~VIII - corrupção;~~

~~IX - transgressão do art. 177, incisos XIII a XX.~~

Art. 190 A penalidade de demissão será aplicada nos casos de reincidência de faltas puníveis com suspensão e de violação das proibições previstas no art. 177, incisos XIII, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

Art. 191 Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública, a autoridade notificará o servidor para apresentar opção por um dos cargos, empregos ou funções, no prazo improrrogável de quinze dias, contado da data da ciência.

§ 1º Na hipótese de o servidor não se manifestar no prazo fixado, a autoridade adotará procedimento sumário para a apuração e regularização imediata da acumulação ilícita, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação de portaria indicando a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração, e a comissão responsável pela condução dos trabalhos, constituída por servidores estáveis;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 2º A indicação da autoria de que trata o inciso I do § 1º dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 3º A Comissão responsável pela condução do processo lavrará, até três dias úteis após o recebimento da portaria de instauração, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o § 2º, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos artigos 222 e 241.

Art. 192 Apresentada a defesa, a Comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

Parágrafo único. No prazo de quinze dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Art. 193 Caracterizada a acumulação ilegal aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

Art. 194 O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá sessenta dias, contado da data de publicação da portaria de instauração.

Art. 195 O procedimento sumário rege-se pelas regras contidas nos artigos 191, 192, 193 e 194, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as demais disposições desta lei.

~~**Art. 196** A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência ao art. 177, incisos XIII e XV, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de cinco anos.~~

Art. 196 A demissão de servidor público municipal efetivo ou destituição do ocupante de cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo Único - A incompatibilidade de que trata o caput será pelo prazo de dez anos quando se tratar de demissão por infringência ao art. 177, incisos XXII, XXVI, XXVII, XXIX, XXX e XXXII. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

~~**Art. 197** Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido, destituído do cargo em comissão ou tiver cassada sua aposentadoria por infringência ao art. 190, incisos I e IV. (Revogado pela Lei Complementar nº 951/2014)~~

Art. 198 será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a

demissão.

Art. 199 ~~Será cassada a disponibilidade do servidor:~~

Art. 199 Será cassada a disponibilidade do servidor: (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

I - que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão, desde que não prescrita a ação disciplinar;

~~II - no caso do art. 37;~~

II - no caso do art. 40; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

III - que houver aceitado ilegalmente cargo, emprego ou função pública.

Art. 200 Quando o servidor, mediante uma só ação ou omissão, praticar duas ou mais faltas disciplinares, idênticas ou não, aplicar-se-lhe-á a mais grave das penalidades.

Art. 201 As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Chefe do Poder Legislativo, pelo Chefe do Poder Executivo ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública instituída e mantida pelo Município, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade, destituição de cargo em comissão e de suspensão por prazo superior a trinta dias;

II - outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência e de suspensão de até trinta dias.

Art. 202 O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 203 O direito de a Administração Municipal promover ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação da disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em seis meses, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr na data em que o fato imputável ao servidor se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas como crime.

~~§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompem a prescrição, até a decisão proferida pela autoridade competente.~~

§ 3º A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão proferida pela

autoridade competente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a fluir novamente a partir do término do prazo legal estabelecido para a conclusão da sindicância ou do processo disciplinar.~~

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a fluir novamente a partir do término do prazo legal estabelecido para a conclusão do processo disciplinar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 204 Configura abandono de cargo a ausência intencional ou injustificada do servidor ao serviço, por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 205 Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 206 É dever do chefe imediato conhecer os motivos que levam o servidor a faltar consecutiva e freqüentemente ao serviço.

Parágrafo único. Constatadas as primeiras faltas, deverá o chefe imediato, sob pena de se tornar co-responsável, comunicar o fato ao órgão de pessoal que promoverá as diligências necessárias à apuração da ocorrência.

Art. 207 Para aferição do número de faltas, as horas serão convertidas em dias, quando o servidor estiver sujeito a regime de plantões.

Art. 208 Na apuração da infração por abandono de cargo ou inassiduidade habitual, será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 195, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

- a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;
- b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses.

TÍTULO V

~~DO PROCESSO ADMINISTRATIVO~~ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 729/2009)

Capítulo I DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 209 ~~A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa e o contraditório.~~

Art. 209 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo de sindicância ou disciplinar.

Parágrafo Único - Aos acusados em processo administrativo disciplinar são assegurados o contraditório e a ampla defesa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 210 As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Art. 211 Da denúncia poderá resultar:

~~I - abertura de sindicância;~~

~~II - abertura de processo disciplinar;~~

~~III - arquivamento:~~

~~a) por falta de objeto, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal;~~

~~b) quando constatada a prescrição de que trata o art. 199.~~

Art. 211 A denúncia será arquivada:

~~I - por falta de objeto, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal;~~

~~II - quando constatada a prescrição de que trata o art. 203. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

Art. 212 Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

Art. 212 Do processo administrativo de sindicância poderá resultar: (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~I - arquivamento do processo;~~

~~II - abertura de processo disciplinar.~~

~~II - abertura de processo administrativo disciplinar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

~~Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá sessenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, pela autoridade superior, mediante justificativa da comissão responsável pelos trabalhos.~~

Parágrafo Único - O prazo para conclusão do processo administrativo de sindicância não excederá sessenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, pela autoridade superior, mediante justificativa da comissão responsável pelos trabalhos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Capítulo II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 213 Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo poderá ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo, desde que necessário para garantir o curso normal da instrução.

Art. 213 Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo, desde que necessário para garantir o curso normal da instrução, mediante solicitação fundamentada da chefia imediata. (Redação dada pela Lei

Complementar nº ~~729/2009~~)

Art. 213 Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo, mediante solicitação motivada da chefia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

§ 1º O afastamento preventivo não implicará em prejuízo da remuneração ou da contagem do tempo de serviço.

~~§ 2º Caberá recurso ao Chefe de Poder ou aos Dirigentes Superiores de Autarquias e Fundações Públicas, caso o tempo de afastamento preventivo supere cento e vinte dias. (Revogado pela Lei Complementar nº 951/2014)~~

Capítulo III

~~DA COMISSÃO PROCESSANTE~~ DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 729/2009)

~~**Art. 214** A sindicância e o processo disciplinar serão conduzidos por comissão composta de três servidores efetivos e estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.~~

Art. 214 O processo administrativo de sindicância e disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos e estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

~~§ 3º Não poderá participar de Comissão Processante parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.~~

§ 3º Não poderá participar de Comissão parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~**Art. 215** A Comissão Processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.~~

Art. 215 A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Parágrafo único. Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Capítulo IV DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 216 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 217 O processo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que a determinou;

II - instrução;

~~III - relatório final;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 729/2009)

IV - julgamento.

~~**Art. 218** O presidente da comissão, após nomear o secretário, determinará a autuação da portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para apresentar defesa inicial e indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de cinco.~~

Art. 218 O presidente da Comissão, após nomear o secretário, determinará a autuação da portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa inicial e indicar provas e rol de testemunhas, até o máximo de cinco. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 219 Os termos serão lavrados pelo secretário da comissão e terão forma processual e resumida.

§ 1º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o secretário da comissão rubricar todas as folhas.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas.

§ 3º Todos os atos, documentos e termos do processo serão extraídos em duas vias ou produzidos em cópias, formando autos suplementares.

SEÇÃO I DA CITAÇÃO

Art. 220 A citação do acusado será feita pessoalmente ou por edital.

Parágrafo Único - Quando o servidor residir fora do Município, a citação poderá ser feita pelo correio com aviso de recebimento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 951/2014)

Art. 221 A citação pessoal será feita, preferencialmente, pelo secretário da comissão, apresentando ao destinatário o instrumento correspondente em duas vias, o qual conterá a descrição resumida da imputação, o local de reuniões da comissão, com a assinatura do presidente, e o prazo para a defesa.

~~Parágrafo Único — Recusando-se o acusado a receber a citação, deverá o fato ser certificado à vista de duas testemunhas.~~

~~Parágrafo Único - Recusando-se o acusado a receber a citação, o fato deverá ser certificado no verso do instrumento citatório. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)~~

Art. 222 Quando o acusado encontrar-se em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.

Parágrafo único. O edital será publicado, por uma vez, no Boletim Oficial e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, onde houver.

~~**Art. 223** O comparecimento voluntário do acusado perante a comissão supre a citação.~~

Art. 223 O comparecimento voluntário do acusado perante a Comissão supre a citação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

SEÇÃO II DA INSTRUÇÃO

Art. 224 A instrução será contraditória, assegurando-se ao acusado ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Art. 225 Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa.

Art. 226 O prazo para conclusão da instrução não excederá cento e oitenta dias, contados da data de publicação do ato de instauração do processo.

Art. 227 A comissão promoverá o interrogatório do acusado, a tomada de depoimentos, acareações e a produção de outras provas, inclusive a pericial, se necessária.

§ 1º A designação dos peritos recairá em servidores com capacidade técnica especializada, e, na falta deles, em pessoas estranhas ao serviço público municipal, assegurada ao acusado a faculdade de formular quesitos.

§ 2º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

~~**Art. 228** A defesa do acusado será promovida por advogado por ele constituído ou por defensor público ou dativo.~~

Art. 228 A defesa do acusado será promovida pelo próprio servidor, por advogado por ele constituído ou por defensor dativo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

§ 1º Caso o defensor do acusado, regularmente intimado, não compareça ao ato, sem justificativa prévia, o presidente da comissão designará defensor, ainda que somente para o ato.

§ 2º Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação do acusado ou de seu defensor.

Art. 228-A As intimações do advogado constituído pelo acusado far-se-ão por meio do órgão de publicação oficial do Município de Blumenau e deverão conter o número do processo, o nome do advogado e o teor do ato que se quer dar ciência.

§ 1º A publicação eletrônica na forma do caput deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 2º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no órgão de publicação oficial do Município de Blumenau.

§ 3º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação para publicação na forma do caput deste artigo, aos advogados que manifestarem interesse por esse serviço. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1206/2018)

Art. 229 Em qualquer fase de qualquer dos procedimentos disciplinares, até a apresentação da defesa final, poderão ser juntados documentos.

Art. 230 As testemunhas serão intimadas através de ato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente delas, ser anexada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor, a intimação poderá ser feita mediante requisição ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a audiência.

§ 2º Os mandados serão expedidos com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência à data da inquirição, se servidor, e, cinco dias, se particular.

§ 3º Se as testemunhas arroladas pela defesa não forem encontradas e o acusado, intimado para tanto, não fizer a substituição dentro do prazo de três dias úteis, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.

Art. 231 O servidor que estiver em gozo de férias ou licença prêmio poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, sendo-lhe assegurada a compensação do respectivo dia.

Art. 232 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, devendo o presidente da Comissão adverti-la das penas cominadas em caso de falso testemunho.

§ 2º Antes de depor, a testemunha será qualificada e prestará compromisso legal.

§ 3º Não se deferirá o compromisso legal de que trata o § 2º:

I - aos doentes e deficientes mentais e aos menores de quatorze anos;

II - em caso de amizade íntima ou inimizade capital ou parentesco com o acusado ou denunciante, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Art. 233 A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo nas hipóteses prevista em lei.

Art. 234 Antes de iniciado o depoimento, o advogado poderá contraditar a testemunha ou argüir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fé.

Parágrafo único. O presidente da Comissão fará consignar em ata a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos no inciso II do § 3º do art. 232.

Art. 235 O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela e pelos presentes ao ato.

Parágrafo único. Na hipótese de a testemunha não souber ou puder assinar o termo, o presidente, depois de ler o documento em voz alta, pedirá a um terceiro que o faça por ela.

Art. 236 Se o presidente verificar que a presença do indiciado, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

~~**Art. 237** Concluída a inquirição de testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observado os procedimentos previstos nos artigos 222 e 242.~~

Art. 237 Concluída a inquirição de testemunhas, a Comissão promoverá a intimação do acusado para o seu interrogatório. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, podendo ser promovida acareação, sempre que divergirem em suas declarações.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

~~**Art. 238** Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão, de ofício, ou a pedido do defensor do mesmo, proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um médico psiquiatra.~~

Art. 238 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão, de ofício ou a pedido da defesa, proporá à autoridade competente que ele seja submetido à avaliação médica do SESOSP, com a participação de pelo menos um médico psiquiatra. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Parágrafo único. O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, ficando este sobrestado até a apresentação do laudo, sem prejuízo da realização de

diligências imprescindíveis.

Art. 239 O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o local onde será encontrado.

Art. 240 Compete à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o acusado durante o curso do processo, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.

Art. 241 Ultimada a instrução, intimar-se-á o acusado, através de seu defensor, para apresentar defesa final no prazo de dez dias, assegurando-se-lhe vista do processo.

Parágrafo único. Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum de vinte dias.

Art. 242 Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

~~§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.~~

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor público bacharel em Direito, como defensor dativo, que fará jus à gratificação prevista no art. 95-A. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951/2014)

~~**Art. 243** Apresentada a defesa final, a comissão elaborará relatório minucioso, no qual resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se basear para formar a sua convicção e será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor, indicando o dispositivo legal transgredido, bem como as circunstâncias mencionadas no 186.~~

Art. 243 Apreciada a defesa final, a Comissão elaborará relatório minucioso, no prazo de trinta dias, no qual:

I - resumirá as peças principais dos autos;

II - mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

III - concluirá pela inocência ou responsabilidade do servidor;

IV - indicará o dispositivo legal transgredido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 1º A comissão apreciará, separadamente, as irregularidades que forem imputadas a cada acusado.

§ 2º A comissão deverá sugerir providências para evitar reprodução de fatos semelhantes aos que originaram o processo e quaisquer outras que lhe pareçam de interesse público.

Art. 244 O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, para julgamento.

Art. 245 É causa de nulidade do processo disciplinar:

I - incompetência da autoridade que o instaurou;

II - suspeição e impedimento dos membros da comissão;

III - a falta dos seguintes termos ou atos:

a) citação, intimação ou notificação, na forma desta lei;

b) prazos para a defesa;

c) recusa injustificada de promover a realização de perícias ou quaisquer outras diligências imprescindíveis à apuração da verdade;

IV - inobservância de formalidade essencial a termos ou atos processuais.

Parágrafo único. Nenhuma nulidade será declarada se não resultar prejuízo para a defesa, por irregularidade que não comprometa a apuração da verdade e em favor de quem lhe tenha dado causa.

~~SEÇÃO II~~

SEÇÃO III (Renumerada pela Lei Complementar nº [729/2009](#))

DO JULGAMENTO

Art. 246 No prazo de trinta dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

Art. 247 A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 248 Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, devendo outro ser instaurado.

Art. 249 Extinta a punibilidade, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 250 Quando a infração estiver capitulada como crime, os autos suplementares do processo disciplinar serão remetidos ao Ministério Público.

Art. 251 O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o artigo 45 o ato será convertido em demissão, se for o caso.

SEÇÃO III

SEÇÃO IV (Renumerada pela Lei Complementar nº 729/2009)

DA REVISÃO

Art. 252 O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso da incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo seu curador.

Art. 253 No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 254 A alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão.

Art. 255 O pedido de revisão será dirigido ao Chefe de Poder ou aos Dirigentes superiores das Autarquias e Fundações que, se autorizá-la, o encaminhará ao dirigente do órgão de onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Recebida a petição, o dirigente do órgão providenciará a constituição de comissão revisora, na forma prevista no art. 214.

Art. 256 Os autos da revisão serão apensados aos do processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 257 A comissão revisora terá até sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 258 Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora as normas relativas ao processo disciplinar.

Art. 259 O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de até sessenta dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 260 Julgada procedente a revisão, inocentado o servidor, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os seus direitos, exceto em relação à demissão de cargo de provimento em comissão que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

Art. 261 Aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar o Código de Processo Penal.

TÍTULO VI

~~DA SEGURIDADE SOCIAL~~ DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL, DOS BENEFÍCIOS E DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº

729/2009)

Capítulo I

~~DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~ DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 729/2009)

Art. 262 ~~O plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações públicas, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social e que atendam as seguintes finalidades:~~

- ~~I – garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;~~
- ~~II – proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;~~
- ~~III – assistência à saúde.~~

Art. 262 O Plano de Seguridade Social tem por objetivo assegurar a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de aposentadoria por idade, invalidez e tempo de contribuição e nos eventos de morte, doença, reclusão e maternidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 263 Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;
- ~~b) auxílio natalidade;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~c) auxílio ao filho excepcional;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~d) salário família;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- e) auxílio-doença;
- f) licença à gestante e à adotante;
- f) salário-maternidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~g) licença paternidade;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~h) licença especial à gestante e à adotante;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~i) licença por acidente em serviço;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)

II - quanto ao dependente:

- ~~a) pensão vitalícia e temporária;~~
- a) pensão por morte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- ~~b) auxílio funeral;~~ (Revogada pela Lei Complementar nº 729/2009)
- c) auxílio reclusão.

~~Parágrafo Único – Os benefícios constantes dos incisos I, alíneas "a", "e", "f" e "i", e II, alíneas "a" e "c", serão custeados pelo Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, nas condições~~

~~estabelecidas na Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000.~~

Parágrafo Único - Os benefícios de que trata este artigo serão custeados pelo Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, nas condições estabelecidas em lei específica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 264 O Poder Legislativo, o Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações públicas, por seus órgãos ou mediante contratos ou convênios com outras instituições, poderão prestar serviços de assistência médica, odontológica, laboratorial, hospitalar e farmacêutica.

Art. 265 O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, implicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

Capítulo II

DOS BENEFÍCIOS (VIDE REGULAMENTAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 12.111/2019)

Art. 265-A Além dos benefícios previstos no Plano de Seguridade Social, conceder-se-á ao servidor, custeados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo e suas Autarquias e Fundações, os seguintes benefícios: (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

I - auxílio-natalidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~II - auxílio ao filho portador de necessidades especiais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

II - auxílio por filho com deficiência; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

III - salário-família; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

IV - licença para tratamento de saúde; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

V - licença paternidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

VI - licença especial à gestante e à adotante; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

VII - licença por acidente em serviço; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

VIII - auxílio funeral. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

SEÇÃO I

DO AUXÍLIO-NATALIDADE

Art. 266 ~~O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive natimorto, em quantia equivalente ao menor padrão de vencimento pago pelo Município.~~

Art. 266 O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive natimorto,

em quantia equivalente ao valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

§ 1º Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de cem por cento.

§ 2º O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

SEÇÃO II

DO AUXÍLIO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO AUXÍLIO POR FILHO COM DEFICIÊNCIA (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

Art. 267 ~~O Município concederá auxílio ao filho portador de necessidades especiais ao servidor público que perceber, para uma jornada de quarenta horas semanais, até duas vezes o valor do menor padrão de vencimento instituído, consistindo de repasse mensal, em folha de pagamento, do equivalente a trinta por cento do valor do menor padrão de vencimento municipal. (Vide Decreto nº 9408/2011)~~

~~§ 1º O servidor fará jus ao benefício a partir da data de protocolização do pedido e enquanto o filho excepcional estiver matriculado e freqüentando a rede de ensino.~~

~~§ 2º Todo servidor com filho portador de necessidades especiais até 07 (sete) anos de idade, que cumpra jornada semanal de 30 (trinta) horas ou superior, terá direito a dispensa de 1/5 de sua carga horária para cumprir atividades de cuidados de seu filho, de maneira regular negociada com superior imediato.~~

~~§ 2º Fica assegurado ao servidor responsável pela criação, educação e proteção de filho portador de necessidades especiais, cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 30 (trinta) horas semanais, o direito à licença especial de 1/5 de sua carga horária, sem prejuízo da remuneração, mediante laudo emitido pelo SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 764/2010)~~

~~§ 3º A concessão da licença especial de que trata o § 2º deverá ser renovada anualmente, mediante laudo do SESOSP que comprove a permanência da dependência do filho portador de necessidades especiais para as atividades básicas da vida diária. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 764/2010)~~

Art. 267 O auxílio por filho com deficiência é devido ao servidor público que perceber, para uma carga horária de quarenta horas semanais, até duas vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007, consistindo de repasse mensal, em folha de pagamento, equivalente a trinta por cento sobre o valor do padrão "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da mencionada Tabela. (Vide regulamentação dada pelo Decreto nº 12.111/2019)

§ 1º O servidor fará jus ao auxílio a partir da data de protocolização do pedido e enquanto o filho com deficiência estiver matriculado e frequentando a rede de ensino.

§ 2º Fica assegurado ao servidor responsável pela criação, educação e proteção de filho com deficiência, cuja carga horária seja igual ou superior a trinta horas semanais, o direito à licença especial 1/5 de sua carga horária, sem prejuízo da remuneração, mediante laudo médico do SESOSP.

§ 3º A concessão da licença especial de que trata o § 2º deverá ser renovada anualmente, mediante laudo médico do SESOSP que comprove a permanência da dependência do filho com deficiência para as atividades básicas da vida diária. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

SEÇÃO III DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 268 O salário-família é devido ao servidor ativo e ao inativo por dependente econômico, que tenha a remuneração mensal igual ou inferior ao valor máximo fixado em lei federal específica.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - os filhos de qualquer condição, inclusive os enteados, até dezoito anos de idade ou, se inválido, de qualquer idade;

II - o menor de dezoito anos que mediante autorização judicial viver na companhia e às expensas do servidor;

III - a mãe e o pai inválidos sem economia própria.

Art. 269 Quando o pai e mãe forem servidores públicos, o salário-família será pago a ambos

Parágrafo único. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 270 O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para o Sistema Previdenciário a que estiver sujeito o servidor.

~~**Art. 271** Cada cota do salário-família corresponderá a uma porcentagem de cinco por cento do menor padrão de vencimento pago pelo Município, e será devida na data em que for protocolizado o requerimento, se devidamente instruído.~~

Art. 271 Cada cota do salário-família corresponderá a uma porcentagem de cinco por cento do valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007, e será devida na data em que for protocolizado o requerimento, se devidamente instruído. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

Parágrafo único. O valor do salário-família por filho incapaz para o trabalho é correspondente ao triplo estabelecido neste artigo.

Art. 272 O salário-família será devido ainda se o servidor não fizer jus, no mês, a nenhuma parcela a título de remuneração ou provento, exceto nas hipóteses de licença ou afastamento sem remuneração.

SEÇÃO IV ~~DO AUXÍLIO-DOENÇA~~ DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~**Art. 273** O auxílio-doença será a pedido ou de ofício, e será precedido de exame por médico ou junta médica oficial, na forma e condições estabelecidas em lei.~~

Art. 273 Será concedida licença para tratamento de saúde, precedida de avaliação médica do SESOSP, durante os quinze primeiros dias consecutivos de afastamento da atividade a pedido do servidor ou de ofício, sem prejuízo da remuneração, observado o disposto no art. 133. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~Parágrafo Único – A licença de até três dias será concedida mediante atestado do médico assistente e além desse prazo por laudo médico do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

§ 1º A licença de até cinco dias será concedida mediante atestado do médico assistente e além desse prazo por laudo médico pericial do SESOSP. (Redação dada pela Lei Complementar nº 963/2014)

§ 2º A perícia será realizada durante o período de afastamento do exercício do cargo por médico definido mediante critério aleatório. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 273-A O servidor, ou pessoa por ele indicada, encaminhará o atestado do médico assistente ao SESOSP no prazo de até setenta e duas horas, contado da data do seu afastamento para tratamento de saúde, para fins de obtenção do laudo médico na forma prevista em regulamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Parágrafo Único - O atestado médico apresentado fora do prazo previsto no caput, sem motivo relevante, implicará a perda da remuneração correspondente aos dias do afastamento, considerados falta injustificada ao serviço. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~**Art. 274** O auxílio de até cinco dias será concedido mediante atestado do médico assistente e além deste prazo por laudo de junta médica oficial.~~

Art. 274 Compete ao Município promover a apresentação do servidor à Perícia Médica Oficial do ISSBLU, a partir do décimo sexto dia de afastamento, por motivo de doença profissional ou moléstia comprovada, para efeito de concessão de auxílio-doença, na forma da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

~~**Art. 275** Durante os quinze primeiros dias de afastamento da atividade, decorrente de auxílio-doença, caberá ao Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas, pagar ao servidor sua respectiva remuneração, além deste prazo, o pagamento da remuneração será de responsabilidade do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, na forma da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000.~~

Art. 275 No curso da licença, o servidor poderá ser examinado a requerimento ou de ofício, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se considerarem como faltas os dias de ausência.

Parágrafo Único - Os laudos e inspeções serão realizados pelo SESOSP que, subsidiariamente, poderá valer-se de parecer de especialistas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

SEÇÃO V DA LICENÇA-PATERNIDADE

~~**Art. 276** A licença paternidade será de cinco dias úteis, a contar da data do nascimento.~~

Art. 276 A licença-paternidade será de vinte dias consecutivos, a contar da data do nascimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~Parágrafo Único — O servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com até um ano de idade terá direito à licença remunerada de cinco dias úteis, contados a partir da data da guarda judicial ou da adoção definitiva.~~

Parágrafo Único - Ao servidor que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção será concedida a licença prevista no caput, a contar da data da emissão do respectivo ato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 944/2014)

SEÇÃO VI

~~DA LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE~~ DA LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE E À ADOTANTE (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 277 Será concedida licença especial de sessenta dias consecutivos à servidora gestante, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença especial de que trata o caput terá início no dia seguinte ao término da licença à gestante de cento e vinte dias concedida com base na Lei Complementar nº 308, 22 de dezembro de 2000.

§ 2º A licença especial será paga integralmente pela entidade a qual a servidora é vinculada.

~~**Art. 278** A licença especial prevista no art. 277 fica assegurada à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até um ano de idade.~~

Art. 278 À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção será concedida a licença especial prevista no art. 277. (Redação dada pela Lei Complementar nº 944/2014)

SEÇÃO VII

DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 279 Será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado em serviço.

Art. 280 Serão pagas pelo Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas:

~~I - a remuneração integral do servidor nos primeiros quinze dias de afastamento;~~

I - a remuneração integral do servidor nos primeiros quinze dias de afastamento, observado o disposto no art. 133; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

II - a complementação da remuneração do servidor a partir do décimo sexto dia de afastamento;

III - a despesa integral com o tratamento do acidentado, nas condições estabelecidas em regulamento.

~~Parágrafo Único - A partir do décimo sexto dia de afastamento, parte da remuneração do servidor será paga pelo Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, nos termos da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000.~~

Parágrafo Único - Compete ao Município promover a apresentação do servidor à Perícia Médica Oficial do ISSBLU, a partir do décimo sexto dia de afastamento, por motivo de acidente em serviço, para efeito de concessão de auxílio-doença, na forma de lei específica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 281 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo, emprego ou função exercidos.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

~~I - decorrente de agressão sofrida ou não provocada pelo servidor no exercício de seu cargo, emprego ou função;~~

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de seu cargo, emprego ou função; (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

III - sofrido no percurso para o local de refeição ou de volta dele, no intervalo do trabalho.

Art. 282 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, a conta de recursos públicos.

~~Parágrafo Único - O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.~~

Parágrafo Único - O tratamento recomendado por avaliação médica do SESOSP constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 283 A prova do acidente em serviço deverá ser feita no prazo de quarenta e oito horas do ocorrido.

SEÇÃO VIII DO AUXÍLIO-FUNERAL

~~**Art. 284** O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou do aposentado, correspondente a 3 (três) vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município.~~

~~**Art. 284** O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido em atividade ou do aposentado, correspondente a 4 (quatro) vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 890/2013)~~

Art. 284 O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido em atividade ou do aposentado, correspondente a 4 (quatro) vezes o valor do padrão de vencimento "A", categoria 1, quarenta horas

semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar 661/2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1117/2017)

~~§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior padrão inicial de vencimento.~~

§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão de um deles. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

§ 2º O auxílio será devido, também, ao servidor por morte do cônjuge, companheiro ou de filho menor ou inválido.

§ 3º O auxílio será pago no prazo de quarenta e oito horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral, mediante comprovação.

Art. 285 ~~Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no art. 281.~~

Art. 285 Se no funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no art. 284. (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2009)

Art. 286 Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta dos recursos oficiais.

Capítulo III

DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (REDAÇÃO ACRESCIDADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 729/2009)

Art. 286-A Ao Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal (SESOSP), vinculado ao Órgão de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, no âmbito do Poder Executivo, e ao Órgão de Pessoal da respectiva Diretoria, no âmbito das Autarquias e Fundações, criado com a finalidade de uniformizar procedimentos administrativo-sanitários na área de gestão de recursos humanos e promover a saúde ocupacional do servidor, compete:

I - realização de exames médico-periciais, para os fins previstos nesta Lei Complementar;

II - realização de procedimentos ambulatoriais relativos a doenças ocupacionais e medicina assistencial;

III - gerenciamento dos prontuários médicos de saúde ocupacional e medicina assistencial dos servidores;

IV - assistência ao servidor acidentado em serviço, portador ou com suspeita de doença relacionada ao serviço, bem como àquele que necessite de reabilitação profissional ou de readaptação;

V - verificação do nexo causal entre os acidentes em serviço ou as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelo servidor;

VI - elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

VII - atendimento psicossocial;

VIII - emissão de laudos de avaliação ambiental e de concessão de adicionais;

IX - elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;

X - avaliação do impacto dos modos de organização do serviço e das tecnologias na saúde do servidor, inclusive análise de projetos de edificações, equipamentos, máquinas e produtos.

§ 1º A execução, o controle e a organização das atividades desenvolvidas pelo SESOSP, no âmbito do Poder Executivo, serão regulamentados por ato do Prefeito Municipal.

§ 2º O Poder Executivo poderá prestar, integral ou parcialmente, mediante convênio, as atividades desenvolvidas pelo SESOSP aos servidores do Poder Legislativo e das Autarquias e Fundações Públicas do Município (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 729/2009)

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 287 Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento funcional.

Parágrafo único. Equiparam-se ao cônjuge a companheira ou companheiro designado que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 288 Ao servidor em exercício na data de início da vigência desta lei complementar, que contar com período incompleto de licença-prêmio:

I - de até cinco anos, aplicam-se as regras previstas no art. 146;

II - superior a cinco anos, fica assegurado o direito de converter cem por cento da licença em pecúnia, quando completar o decênio.

~~Parágrafo Único - Aos decênios completados após aqueles de que trata os incisos I, II e III do caput aplicar-se-ão as regras previstas no art. 146. (Revogado pela Lei Complementar nº 729/2009)~~

Art. 289 Fica assegurado aos servidores com decênios completados anteriormente à data de vigência desta lei, requeridos ou não, o direito de gozar o período ou de convertê-lo metade ou integralmente em pecúnia.

Art. 290 O tempo de serviço prestado pelo servidor no período compreendido entre a data de vigência desta Lei e a data da última promoção por antiguidade concedida pelo Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, na forma das respectivas leis instituidoras dos planos de carreiras, e dos triênios concedidos aos Procuradores do Município, na forma da Lei Complementar nº 213, de 11 de junho de 1999, será considerado para efeito da concessão do adicional por tempo de serviço de que trata o art. 118.

Art. 291 O servidor que esteja sujeito à fiscalização de órgão profissional e for suspenso do exercício da

profissão, enquanto durar a medida, não poderá desempenhar atividade que envolva responsabilidade técnico-profissional.

Art. 292 Para todos os efeitos previstos nesta lei, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico designado pelo Município.

§ 1º Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade, o Chefe do Poder Executivo e os Dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município poderão designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, um médico do Município.

§ 2º Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais, quando em tratamento fora do Município, terão sua validade condicionada a ratificação posterior por médico designado pelo Município.

§ 3º O não comparecimento do servidor ao SESOSP para submeter-se a exames médico-periciais previamente agendados, sem motivo relevante, ou a recusa dele em realizá-los implicará na suspensão ou no indeferimento do benefício, sem prejuízo da reposição dos dias de ausência ao serviço. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 963/2014)

Art. 293 Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 294 São isentos de taxas, emolumentos ou custas os requerimentos, certidões ou outros papéis que, na esfera administrativa, interessarem ao servidor público, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art. 295 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 296 O dia do servidor público será comemorado a 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 297 Poderá ser instituída no âmbito do Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas, a concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecorações e elogios.

Art. 298 É facultada a delegação de competência quanto a atos previstos nesta lei.

Art. 299 Esta Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Art. 300 Aplicam-se às sindicâncias e processos administrativos em trâmite nas comissões processantes instituídas no âmbito do Poder Legislativo, Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, por ocasião da entrada em vigor desta lei as regras por esta estabelecidas, sem prejuízo dos atos já praticados.

Art. 301 Fica assegurado aos servidores estáveis cujos cargos efetivos vagaram no âmbito do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações em decorrência de posse em outro cargo efetivo incompatível na União, Estados ou outro Município, o direito de recondução previsto no art. 36, § 1º, I, pelo período de três anos, contado da vacância.

Art. 302 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente e de créditos suplementares que se fizerem necessários.

Art. 303 Ficam revogadas:

I - a Lei Complementar nº 1, de 04 de junho de 1990, e suas alterações;

II - a Lei Complementar nº 650, de 12 de setembro de 2007;

III - o Capítulo "V" da Lei Complementar nº 505, de 17 de março de 2005.

Art. 304 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de novembro de 2007.

JOÃO PAULO KLEINÜBING
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

~~QUADRO DEMONSTRATIVO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA~~

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE	
Supervisor	FGC-100%	26	
Supervisor	FGC-90%	50	(02 funções transferidas pela Lei Complementar nº 844/2012)
		52	(05 funções criadas pela Lei Complementar nº 842/2011)
		47	
Controlador	FGC-90%	1	
Coordenador	FGC-80%	21	
Pregoeiro	FGC-80%	1	
Controlador	FGC-70%	6	
Coordenador	FGC-70%	80	
Pregoeiro	FGC-70%	4	
Secretário	FGC-70%	1	
Controlador	FGC-60%	2	
Coordenador	FGC-60%	42	
Implantador	FGC-60%	4	
Pregoeiro	FGC-60%	1	
Controlador	FGC-50%	9	
Coordenador	FGC-50%	140	
Auditor	FGC-50%	2	
Cotador	FGC-50%	1	
Pregoeiro	FGC-50%	1	
Assistente	FGC-40%	34	
Controlador	FGC-40%	2	
Cotador	FGC-40%	1	
Assistente	FGC-30%	47	
Controlador	FGC-30%	2	
Cotador	FGC-30%	1	
Secretário Escolar	FGC-30%	5	
Assistente	FGC-20%	23	
Controlador	FGC-20%	1	
Secretário Escolar	FGC-20%	15	
			(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB			
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE	
Supervisor	FGC-100%	01	
Coordenador	FGC-70%	01	
Coordenador	FGC-50%	01	
			(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU – FCB		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Coordenador	FGC-80%	01
Coordenador	FGC-70%	01
Assistente	FGC-30%	01
Assistente	FGC-20%	01
(Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)		

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Coordenador	FGC-80%	01
Coordenador	FGC-50%	01
Assistente	FGC-20%	01
(Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)		

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Supervisor	FGC-90%	03
(02 funções transferidas pela Lei Complementar nº 844/2012)		
(09 funções extintas pela Lei Complementar nº 842/2011)		
		10
Coordenador	FGC-70%	01
Coordenador	FGC-50%	03
Assistente	FGC-40%	01
Assistente	FGC-30%	02
(Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)		

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU – SAMAE		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Supervisor	FGC-100%	02
Supervisor	FGC-90%	04
Coordenador	FGC-80%	22
Coordenador	FGC-50%	20
Assistente	FGC-30%	03
(Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 818/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)		

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Supervisor	FGC-100%	07
Coordenador	FGC-80%	02
Coordenador	FGC-70%	07
Coordenador	FGC-60%	06
Coordenador	FGC-50%	15
Assistente	FGC-40%	06
Assistente	FGC-30%	08
Assistente	FGC-20%	08

(Redação dada
a ~~acrescida~~ Lei Complementar nº ~~818/2011~~) (Revogado pela Lei Complementar nº 880/2013)

INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU (ISSBLU)		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
Supervisor	FGC-100%	01
Supervisor	FGC-90%	01
Coordenador	FGC-70%	01
Coordenador	FGC-60%	01
Assistente	FGC-40%	01

(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 830/2011)

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01/03/2019

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.